

FACTO

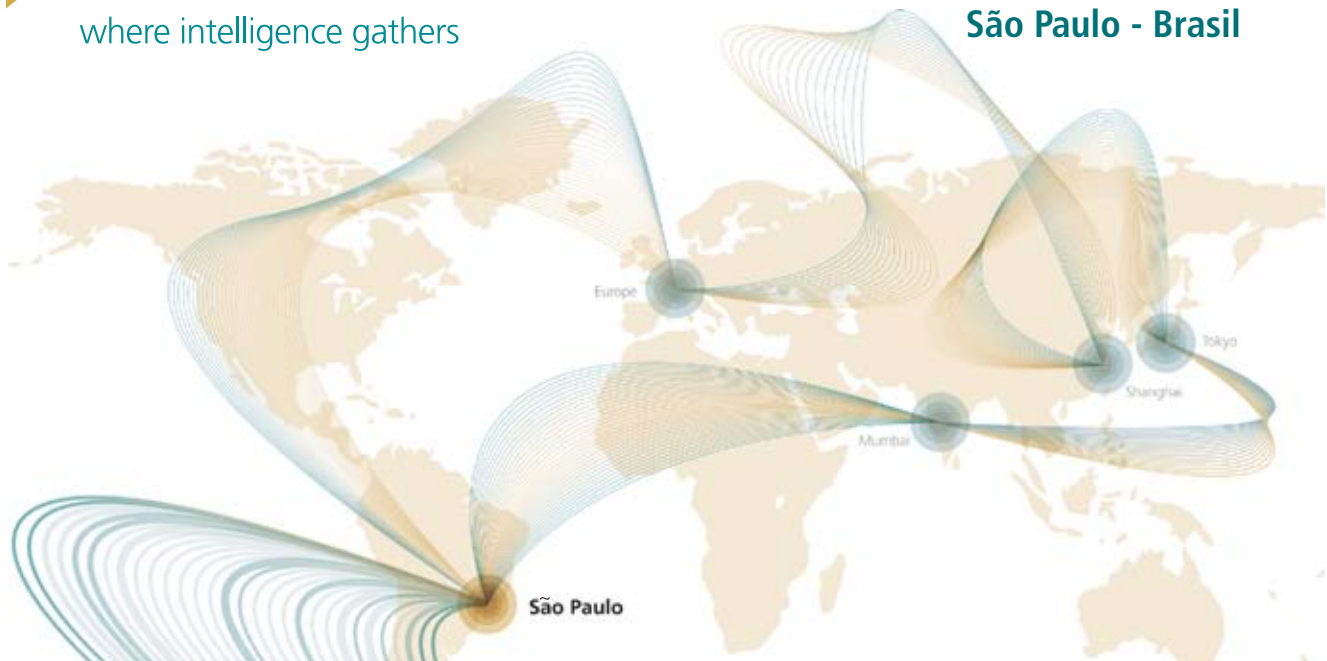
ABIFINA

ANO IV • SET/DEZ • 2010 • Nº 27

Publicação da Associação Brasileira
das Indústrias de Química Fina,
Biotecnologia e suas Especialidades








Por uma política de
“reindustrialização”
do Brasil



Participe do principal evento de ingredientes farmacêuticos da América Latina

De volta ao Brasil para sua 4ª edição, a CPhI South America traz grandes inovações em ingredientes e oportunidades de negócios para a Indústria Farmacêutica.

Só na CPhI você encontra:

-  Os maiores fornecedores mundiais de ingredientes farmacêuticos em um só local;
-  Inovações e soluções mundiais da Indústria Farmacêutica;
-  Congresso internacional organizado pela UBM Conference, abordando os mais relevantes e atuais desafios e as principais tendências do mercado farmacêutico nacional e internacional;
-  Os principais compradores do setor, do Brasil e do mundo;
-  Pavilhão ICSE - espaço exclusivo com empresas que oferecem outsourcing e pesquisa clínica para a Indústria Farmacêutica;

Não perca a oportunidade de conhecer os últimos lançamentos em ingredientes farmacêuticos.



Mais informações, acesse:
www.cphi-sa.com.br

E: cphi@ubmbrazil.com.br

T: +55 11 4689-1935



Apoio



Organização



FACTO ABIFINA

Corpo Dirigente

Conselho Administrativo

Presidente: Jean D. Peter
 1º Vice-presidente: Nelson Brasil de Oliveira
 Vice-presidente de Planejamento:
 Marcos Henrique de Castro Oliveira
 Vice-presidente Farmacêutico:
 Dante Alario Junior e Ogari Pacheco
 Vice-presidente Agroquímico: Luis Henrique Rahmeier
 Vice-presidente Farmoquímico: Nicolau Lages
 Vice-presidente Cadeia Química: Lêlio Maçaira
 Diretor de Assuntos Parlamentares:
 Josimar Henrique da Silva
 Diretora de Estudos da Biodiversidade: Poliana Silva
 Diretora de Relações Institucionais: Telma Salles
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Agroquímicos:
 João Alegro
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Fármacos:
 Odilon Costa
 Diretor de Propriedade Intelectual: Ciro Mortella
 Antônio Berdge Kessedjan: conselheiro
 Antonio Werneck: conselheiro
 Hayne Felipe: conselheiro
 Mário França: conselheiro
 Rodrigo Pinto: conselheiro
 Ulrich Meier: conselheiro

Conselho Consultivo

Akira Homma
 Eduardo Costa
 Fernando Marques
 Pedro Wongtschowski
 Alcebiades Athayde
 Eduardo Eugenio
 Fernando Sandroni
 Paulo Cezar Aquino
 Vinzenz Plorer

Expediente

Coordenação Geral:
 Claudia Craveiro • claudia@abifina.org.br
 Reportagens (Capa, Tendências e ABIFINA
 Comenta): Inês Accioly
 jornalistas colaboradores: Natalia Calandrini e Igor Waltz
 Projeto e Produção Editorial: Scriptorio Comunicação
 21 2532 6858 - www.scriptorio.com.br

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades
 Av. Churchill, 129 / Grupo 1102 e 1201 • Centro
 CEP 20020-050 • Rio de Janeiro • RJ
 Números da Central Telefônica:
 Tel.: (21) 3125-1400 / Fax: (21) 3125-1413
 www.abifina.org.br

Marcos Oliveira,
 vice-presidente
 de Planejamento
 de ABIFINA, trata
 da relação entre
 desenvolvimento e
 indústria



Em Entrevista, Luciano Coutinho, presidente do BNDES, fala sobre o papel do BNDES na promoção da indústria brasileira



Encontro Empresarial, que contou com a participação do Ministro Temporão, trata do novo modelo da saúde

EDITORIAL

04

CAPA

06

ENCONTRO EMPRESARIAL

12

ENTREVISTA

17

SUSTENTABILIDADE

20

ABIFINA COMENTA A NOTÍCIA

22

PAINEL DO ASSOCIADO

24

ARTIGO ASSINADO

27

ABIFINA EM AÇÃO

30



Publicação da:

ABIFINA 
 Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina,
 Biotecnologia e suas Especialidades

Sem indústria não há progresso

por Nelson Brasil de Oliveira • 1º Vice-Presidente da ABIFINA



No momento em que se discutem caminhos e descaminhos da economia internacional, nada melhor do que recuperar a memória do modelo econômico que deu certo e daqueles que fracassaram no passado. Assim, merece ser lembrada a curta e rica trajetória de vida pública de Alexander Hamilton, criador do modelo norte-americano de economia capitalista, implantado a partir de 1789, quando ele exerceu as funções de secretário do tesouro do primeiro governo republicano dos EUA.

Alexander Hamilton, nascido nas Antilhas em 1757, aos 15 anos emigrou para os EUA, tendo aos 18 anos ingressado no corpo de voluntários para a campanha de independência (1775-1783) daquela nação, sob o comando de George Washington. Dada sua grande capacidade criativa e inteligência, já aos 19 anos passou a fazer parte do Estado Maior de George Washing-

ton, tornando-se chefe desse grupo de inteligência dois anos mais tarde. Foi eleito para o Congresso e, em 1789, nomeado secretário do tesouro do primeiro governo republicano dos EUA, presidido por George Washington. Em 1791, encaminhou à Câmara de Deputados o seu famoso Relatório sobre as Manufaturas, um verdadeiro tratado definindo o processo de industrialização que seria adotado pelos EUA. É bom recordar que nessa época vigia em nosso país alvará de D. Maria I de Portugal, proibindo a existência de indústrias locais.

Como emigrante mestiço e filho bastardo, Alexander Hamilton não teve reconhecido seu valor naquele país. Pelo contrário, suas características pessoais – bastante distintas do perfil anglo-saxônico, sempre foram maldosamente lembradas por adversários políticos, criando-se situações que o levavam ao desespero, com destaque

para o confronto final que resultou na sua morte em duelo com Aaron Burr, em 1804, com somente 47 anos de idade.

Como secretário do tesouro dos EUA foi o responsável pela criação do Banco Central, pelo sistema tributário nacional e pela organização das contas públicas em orçamento da União dos Estados Norteamericanos que resultou das treze colônias tornadas independentes da Inglaterra.

O seu *Relatório sobre as Manufaturas* define um conjunto de políticas públicas visando o desenvolvimento industrial e tecnológico do país, nas quais é priorizado o atendimento ao mercado interno pela produção local em vez de importações - por ser este o caminho mais seguro e eficaz para o soberano desenvolvimento econômico do país. Textualmente aí está declarado que “a importação de bens manufaturados, invariavelmente, priva de sua riqueza os povos meramente agrícolas”, e “não somente a riqueza, mas a independência e a segurança de um país parecem estar intimamente ligadas à prosperidade das manufaturas”.

No que se refere à alegada elevação de preços decorrente de tais políticas, ele declara não ser razoável supor que a adoção de medidas que obstaculizam a livre competição com artigos estrangeiros resultem em um aumento de preços – embora isso possa ocorrer num primeiro momento. A realidade mostra, declara Hamilton, que a indústria local quando amadurece emprega um grande número de pessoas e gera a competição interna, assim eliminando qualquer possível monopólio para, gradualmente, levar à redução no preço do artigo ao mínimo razoável acima do capital investido. De forma magistral, arremate Hamilton: “uma nação incapaz de oferecer ao mercado mais que uns quantos produtos, ver-se-á mais direta e tangivelmente afetada pelo estancamento da demanda do que uma que disponha permanentemen-

te de grande variedade de mercadorias". Até parece ser premonitório daquilo que certamente ocorrerá se o país continuar a depender de insumos estratégicos provenientes da China.

O modelo econômico capitalista norte-americano, implantado com enorme sucesso nos Estados Unidos em meados do século XIX a partir das idéias de Hamilton, prevaleceu até 1963. Depois de Kennedy surgiu uma Nova Era de liberalismo econômico, adotada pelos EUA e Inglaterra a partir de 1964 e mais claramente identificada ao longo dos anos 80 com Reagan e Thatcher para, finalmente, em 1989 ser enunciada sob o pomposo título de Consenso de Washington, uma utopia pós-indústria que execrava a intervenção do Estado para estimular o investimento industrial e o desenvolvimento tecnológico.

A substituição do modelo de desenvolvimento econômico promovido pelo Estado, pelo liberalismo inconseqüente definido pelo Consenso de Washington, resultou numa série de crises financeiras, como a russa em 1998 e a brasileira em 1999 - que ainda puderam ser localmente controladas, porém a partir de 2008 todo o sistema financeiro internacional contaminou-se com resultados imprevisíveis a curto e médio prazos.

Nesse contexto certamente não existem mais fórmulas econômicas milagrosas como aquelas concebidas pelo Consenso de Washington, aplicáveis a qualquer país no mundo. Nações do porte do Brasil, que contam com um mercado interno emergindo de forma expressiva, com uma base produtiva e tecnológica instalada e com enorme potencial em recursos naturais e humanos, certamente devem pretender adotar um projeto de desenvolvimento autônomo que não seja contaminado pela crise internacional. Para tanto basta apenas dar continuidade ao processo de recuperação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior timidamente definida em 2004 - posteriormente reforçada pela Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), visando o crescimento

econômico soberano do país, abandonando de vez o inconsequente liberalismo econômico ortodoxo praticado ao longo dos anos 90.

Entre 2002 e 2006 o novo governo federal elaborou diagnósticos setoriais detalhados, sinalizando para medidas que deveriam ser executadas no contexto de uma nova política industrial que definiu como áreas prioritárias semicondutores, software, bens de capital, fármacos e medicamentos. No segundo mandato presidencial foi reforçada essa política industrial, ampliando-se horizontalmente seus objetivos estratégicos, ocasião em que começaram a

“

*Não somente a riqueza,
mas a independência e a
segurança de um país parecem
estar intimamente ligadas à
prosperidade das manufaturas.*

*Alexander Hamilton
(1791)*

”

ser definidas medidas destinadas a apoiar o desenvolvimento dos segmentos produtivos com caráter prioritário.

A ABIFINA acompanhou de perto a implantação de algumas iniciativas pioneiras nessa área, como usar a contratação da fabricação dos produtos estratégicos para a área da saúde nas compras governamentais, em vez de realizar licitações públicas e leilões internacionais sem isonomia, que vinham resultando no sucateamento de instalações produtivas nacionais desde os anos 90.

O marco regulatório que veio a ser criado em 2008 na área da saúde privilegiou a contratação da fabricação local de insumos estratégicos utilizados pelos laboratórios oficiais para atender as demandas do Sistema Único de Saúde (SUS). Isso levou à criação de vinte parcerias de desenvolvimento produtivo (PDP) nessa área, envolvendo nove laboratórios públicos e dezessete empresas privadas, das quais dez são nacionais e sete são multinacionais, numa clara demonstração de que o que se busca é a fabricação local, com a conseqüente geração de emprego e renda no país, sem qualquer ranço xenófobo. Deve ser destacado que as vinte PDP criadas que se encontram em implantação já representam compras no valor de R\$ 1,25 bilhão/ano, ou seja, cerca de 20% do que hoje é importado nessa área, com economia inicial do orçamento público de R\$ 250 milhões/ano, e que deverão atingir mais adiante R\$ 500 milhões/ano.

A despeito das dificuldades que vêm sendo verificadas na sua implantação, a criação de tais parcerias público-privadas para o complexo industrial da saúde constituiu o grande diferencial de política pública concebida pelo Ministro da Saúde, vis-à-vis titulares anteriores desse estratégico ministério.

A política industrial que foi definida pioneiramente para a área da saúde pública através da edição de Portarias Interministeriais poderá agora, com a aprovação pelo Congresso Nacional da Medida Provisória 495, estender a outros setores produtivos nacionais os benefícios das preferências nas licitações públicas aos produtos estratégicos fabricados no país, à semelhança do que os Estados Unidos procedem desde 1933, com seu famoso *Buy American Act*.

E está na hora do brasileiro se orgulhar de consumir produto fabricado no Brasil, nele aplicando sua crescente renda resultante do emprego gerado no país com desenvolvimento industrial sustentado, e não no leste asiático.

Por uma política de “reindustrialização” do Brasil

O governo finalmente reconhece que a economia brasileira está em processo de desindustrialização. Feito o diagnóstico, é preciso começar o tratamento já.

Sob o título “Desindustrialização, reprimarização e contas externas”, um estudo feito por técnicos do MDIC indica que o governo está mais receptivo a discutir os efeitos deletérios da política econômica praticada nos últimos anos. Esta mudança de postura começou a ser sinalizada no início do segundo semestre, com a edição da Medida Provisória nº 495, que estabelece preferência nas compras públicas para produtos fabricados no País. Os números da balança comercial evidenciam de forma contundente o processo de desagregação de valor das exportações brasileiras, agravado pela tendência contrária na pauta de importações. Nesta reportagem, empresários e executivos do setor público apresentam suas expectativas quanto à ação governamental voltada para a revitalização da indústria nacional, em especial no setor de química fina.

Política industrial: falta visão sistêmica

De forma geral, as empresas de química fina instaladas no Brasil se ressentem da falta de uma diretriz que os governos de países desenvolvidos seguem à risca: preferência para o produto fabricado no País. Em que pese iniciativas como a da MP 495, o ambiente de negócio quando se trata de compras governamentais ainda se caracteriza pela iniquidade, seja no que diz respeito à política tributária, à participação em licitações públicas ou aos procedimentos regulatórios.

Para Peter Andersen, diretor-presidente da Centroflora, o caminho para a agregação de valor na indústria não depende de um instrumento específico. “Precisamos ter impostos compatíveis com a realidade mundial; isonomia regulatória para com os insumos importados, o que implica controlar a qualidade desses produtos e auditar os fabricantes; aporte de recursos humanos especializados (mestres e doutores) nas empresas, com menor custo trabalhista; incremento nos planos estratégicos para promoção da exportação dos produtos fabricados nacionalmente, aliado a uma mudança da nossa

política cambial; políticas públicas transparentes e menos burocráticas para incremento da pesquisa, desenvolvimento e inovação em produtos e serviços. Os trâmites atuais das agências brasileiras de fomento são demasiadamente lentos e improdutivos”.

Andersen defende a simplificação da burocracia do BNDES no processo de análise dos pedidos de financiamento, principalmente para empresas de médio porte, e a flexibilização das exigências de garantias, “que hoje são iguais ou muitas vezes mais pesadas do que as de bancos privados”. Em sua opinião o Banco deve identificar quais empresas brasileiras são efetivamente estratégicas para o País e “criar um forte programa de apoio para que elas não sejam vendidas a empresas estrangeiras, pois hoje a pressão nesse sentido é enorme”.

Valdemar Fischer, diretor-presidente da Nufarm, também vislumbra soluções para o desequilíbrio da balança da indústria numa perspectiva sistêmica. Ele aponta, dentre as ações possíveis na área agroquímica, “a instauração de uma política unificada para o setor, de caráter não só regulatório, mas também tributário, trabalhista, cambial e de financiamento, e que resulte da participação de todos os segmentos diretamente

envolvidos no agronegócio”.

Para Ogari Pacheco, diretor-presidente da Cristália, o ponto crucial é o uso efetivo do poder de compra do Estado como instrumento de política industrial. Na área da saúde, afinal, as compras públicas representam cerca de 25% do faturamento total do mercado. “Advogo, há muito tempo, que a maneira mais eficiente, justa e econômica de incentivar a produção nacional é a garantia de compra dos bens produzidos localmente. Financiamento, subsídios e redução de impostos ajudam, porém a mais importante medida é a garantia de mercado”.

Luiz Borgonovi, diretor-presidente da EMS, recoloca a questão de maneira mais conceitual e afirma que, “para garantir a excelência e a qualidade dos seus produtos, bem como o forte investimento em pesquisa e desenvolvimento, apostando em novos mercados, a indústria nacional precisa estar minimamente protegida da concorrência de fora. Em outras palavras, ela precisa ter garantias de que o seu produto, desenvolvido com muito investimento e pesquisa, poderá ser competitivo. A falta de incentivo específico e de uma política efetiva de proteção para o setor pode, sem dúvida, levar as empresas brasileiras a crescer e inovar menos

do que planejam. Pode, também, contribuir para uma maior insegurança na hora de decidirem sobre os investimentos, em termos tanto quantitativos como qualitativos”.

Ao contrário da área da saúde, o segmento de catalisadores químicos industriais não enfrenta dificuldades no que tange à garantia de mercado, mas carece de mais apoio governamental ao seu desenvolvimento tecnológico. O diretor da FCC, Rodrigo Pinto, explica que, como em toda área de alta tecnologia, no segmento de catalisadores para craqueamento de petróleo não basta adquirir a capacidade de produzir: “é também fundamental ser capaz de continuar a desenvolver a tecnologia, sob o risco de se ficar ultrapassado. Nesse aspecto é onde vejo o maior espaço para a contribuição das políticas públicas, que poderiam criar ferramentas para facilitar os investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de catalisadores industriais”.

Por não constituírem um elo direto das principais cadeias produtivas da indústria química, os catalisadores industriais acabam sendo esquecidos quando as políticas públicas para a indústria são planejadas, explica o diretor da FCC. Apesar de serem produtos fundamentais para o funcionamento das etapas iniciais da cadeia petroquímica, “os governos em geral consideram que as empresas do centro da cadeia é que devem se preocupar em garantir o fornecimento desse insumo crítico. O problema é que mesmo as grandes empresas químicas e petroquímicas brasileiras têm dificuldade de controlar o suprimento desse insumo, pois pouquíssimos fabricantes e países no mundo detêm as tecnologias de produção e desenvolvimento de catalisadores industriais – menos, por exemplo, que os países integrantes do chamado ‘clube atômico’”.

Deter o conhecimento do desenvolvimento e aplicação desse tipo de insumo tem a vantagem, segundo o diretor da FCC, de possibilitar ao Brasil produzir localmente catalisadores adequados aos petróleos extraídos no País. “Um catalisador não é commodity nem produto de prateleira. Cada refinaria e cada tipo de petróleo requerem um catalisador com formulação específica,



Rodrigo Pinto



Franco Pallamolla



Humberto Barbato

que deve ser desenvolvida sob medida. Se não tivéssemos o conhecimento e a capacidade de produção aqui no Brasil, ficaríamos sempre na dependência de importar catalisadores que são relativamente adequados mas, na realidade, foram desenvolvidos para outras especificidades, e que portanto não produziriam os mesmos resultados e não teriam o mesmo desempenho de um produto formulado especialmente para os tipos de petróleo que temos aqui”.

No segmento de equipamentos médico-hospitalares as compras governamentais têm grande poder de alavancagem da indústria. Por isso Franco Pallamolla, diretor-presidente da Abimo, defende uma rápida regulamentação da MP 495/10, bem como a adoção de um padrão de qualidade mínimo para os produtos adquiridos pelo SUS, estabelecido através do Certificado de Boas Práticas de Produção concedido pela Anvisa. Dessa forma, em sua opinião, será possível contrabalançar os altos ônus fiscais agregados à atividade fabril e também, parcialmente, os efeitos negativos da valorização do Real. A balança comercial do segmento de equipamentos médico-hospitalares fechou 2009 com saldo negativo pelo sétimo ano consecutivo. As importações totalizaram US\$ 2,7 bilhões, elevando o déficit em 3,6%, e, segundo Pallamolla, “a previsão para este ano é de um aumento bem maior, fruto da atual política cambial”.

Na indústria elétrica e eletrônica, que fornece componentes para quase todos os demais fabricantes de equipamentos, o panorama não é melhor. A balança comercial desse segmento fechará com o déficit recorde de US\$ 27 bilhões em 2010. Entre 2006

e 2009, ou seja, em apenas quatro anos, as importações cresceram aproximadamente 27%. Segundo Humberto Barbato, diretor-presidente da Abinee, “indiscutivelmente, o binômio juros-câmbio tem contribuído para o aumento das fragilidades dos setores elétrico e eletrônico no País”.

Em um contexto global de fraca recuperação da economia nos países desenvolvidos, Barbato acredita que a penetração de bens industrializados chineses no Brasil tende a se intensificar, a menos que as autoridades econômicas tomem providências imediatas. E essas providências devem contemplar o conjunto da cadeia produtiva. “É preciso que se entenda, de uma vez por todas, que a mola propulsora da indústria eletroeletrônica está nos componentes. Se não tivermos a coragem necessária para enfrentar o problema, caminharemos para ter uma indústria montadora - incapaz, portanto, de enfrentar os desafios que se anunciam para os diversos ramos da indústria”.

MP 495: “buy brazilian” nas compras públicas

Nesse final do seu segundo mandato, com a edição da Medida Provisória 495, o presidente Lula finalmente sinalizou claramente ao mercado a disposição de usar o poder de compra governamental em favor da indústria nacional. Este foi o primeiro passo para a institucionalização de uma prática que o Ministério da Saúde tem incentivado e que alguns laboratórios farmacêuticos oficiais têm adotado com sucesso nas suas compras de insumos Farmoquímicos.



Ogari Pacheco



Peter Andersen

Segundo Ogari Pacheco, “o que muda com a MP 495, a ponto de nos dar novo alento, é que se tornam mais claras algumas regras fundamentais, como a de que a barreira de proteção seja proporcional ao índice de nacionalização e que a tecnologia seja internalizada, além de critérios objetivos sobre o que se entende por produção nacional e qual índice de nacionalização deve ser alcançado para determinado produto. Os controles serão mais rígidos e eficientes e as plantas industriais serão inspecionadas durante a produção - o que já vem sendo feito, pelo menos no que nos diz respeito”.

Peter Andersen também reconhece a importância de um instrumento que veio para consolidar a preferência para o produto nacional, “e mais que isso, a preferência a empresas instaladas no país, de origem brasileira e que invistam em pesquisa e desenvolvimento. Essa medida contribui para melhorar a qualidade dos produtos adquiridos pelo Estado, para elevar a competitividade internacional do produto fabricado aqui e para o desenvolvimento econômico e social do País”.

O diretor-presidente da Centroflora chama atenção para a necessidade de que, como desdobramento da nova MP, ocorra a capacitação sistêmica da cadeia produtiva, através da alocação de profissionais especializados e da inclusão de novas tecnologias. “Podemos também acrescentar a necessidade de o País iniciar um pro-

cesso de diminuição da dependência da importação de IFAs (Insumos Farmacêuticos Ativos), que hoje atinge níveis estratosféricos e não será revertida sem um apoio forte por parte do governo e das empresas compradoras estabelecidas no País”.

O diretor-presidente da Nortec, Marcus Soalheiro, declara-se confiante no êxito da tramitação do novo instrumento legal. “Considerando que a MP 495 representa o atendimento, por parte do governo, de velhas e constantes reivindicações do setor produtivo quanto ao uso do poder de compra do Estado como indutor do desenvolvimento industrial e tecnológico do País, não podemos acreditar que esse importante instrumento jurídico seja impedido de produzir os efeitos desejados. Nesta linha, melhor seria que o Poder Executivo tomasse a iniciativa de regulamentar, imediatamente, diversos dispositivos desta Medida Provisória para que ela – na prática – pudesse funcionar adequadamente. Por exemplo: como e com quais critérios a administração vai definir e pontuar a margem de preferência de até 25% para o produto fabricado no País? Qual a comprovação documental que as empresas precisarão apresentar no processo licitatório?”

O diretor-presidente da Nortec observa, por outro lado, que nem tudo o que consta na MP 495 é bom para o setor industrial como um todo. “Como exemplo podemos citar o § 11º do artigo 3º, que estabelece medidas de ‘compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento, cumulativamente ou não’, do licitante para a administração. Acreditamos que este dispositivo desfavorece as empresas de menor porte, assim como pode se prestar ao desenvolvimento de práticas

perniciosas”.

Na indústria de equipamentos diretamente ligada ao setor médico-hospitalar, há otimismo com relação aos efeitos da MP 495, mas o segmento elétrico e eletrônico recebe a medida com reservas. Segundo o diretor-presidente da Abimo a MP “é uma medida essencial para a redução do déficit da balança comercial do nosso setor, que atingiu US\$ 2,2 bilhões em 2009. Este resultado segue na contra-mão da capacidade produtiva da indústria nacional, que pode suprir 90% da demanda dos hospitais por equipamentos nos padrões atuais. Mesmo com o alto volume de importações, o mercado interno ainda tem muito espaço para crescer”. Por sua vez o diretor-presidente da Abinee afirma ver com bons olhos essa iniciativa, mas considera que “a discussão ainda não está madura. Precisamos trabalhar intensamente o assunto para evitar injustiças. Empresas instaladas no País há décadas não podem ser prejudicadas apenas pelo fato de serem de propriedade estrangeira. Entendemos, portanto, que a equação ainda não está fechada e por isso precisamos aprofundar o debate”.

Regulação: um calcanhar-de-aquiles

O sistema de regras sanitárias que regula o registro de princípios ativos, medicamentos e defensivos agrícolas pode estimular ou prejudicar a competitividade da indústria nacional, e sob esse ponto de vista a ação da Anvisa tem sido, no mínimo, ambígua. Dante Alario, diretor-presidente da Biolab Sanus, explica os transtornos que os produtores nacionais de Farmoquímicos seguem enfrentando:

“O problema é que a ininterrupta elaboração de novas normas de trabalho (RDCs) não permite que as empresas realizem as adequações exigidas em tempo hábil. Além disso o sistema de consulta pública, que deveria se basear num salutar intercâmbio, na verdade não leva em consideração as propostas vindas da indústria. Ele dá a impres-

são de ser algo mais participativo, quando na realidade não o é”.

Segundo Alario, as novas normas sempre são trazidas de fora, inspiradas nas atuais tendências. “Acontece que o Brasil não está no mesmo nível industrial dos países usados como modelo. É preciso considerar que aquilo que se utiliza hoje nos países tomados como referência foi planejado junto com as indústrias e executado no correr



Dante Alario



Valdemar Luis Fischer



Odnir Finotti

de muitos anos. Aqui a Anvisa se esquece disso e, abruptamente, introduz novas regras para aplicação imediata ou com prazos exíguos de adequação”. Em consequência disso, afirma o diretor-presidente da Biolab, a desindustrialização se acelera e o País importa cada vez mais do exterior. “Sabemos que a importação é uma prática usual das empresas transnacionais, mas ela agora começa a se tornar comum também entre as empresas nacionais, pois a importação é mais fácil e implica em menores responsabilidades do que produzir internamente. Isto é muito ruim para o País, para a população e, a médio prazo, também para a própria indústria nacional”.

O empresário entende que os problemas decorrentes da forma de atuação da Anvisa concernem a uma questão maior a ser resolvida pelo novo governo: a da autonomia das agências. “Há uma política industrial e de inovação ditada pelo Poder Executivo, mas que tem sido anulada pela ação de agências e de outros órgãos públicos. Esses órgãos inviabilizam tais políticas públicas sempre com alegações técnicas e ou de saúde pública, como se nós, industriais brasileiros, fôssemos irresponsáveis e não nos preocupássemos com a população que utiliza nossos medicamentos. Esta visão distorcida tem que ser mudada”.

No segmento farmacêutico os problemas de ordem regulatória se concentram na fase de testes clínicos, que é demorada e não distingue, por parte da agência reguladora, o fabricante nacional com nenhum tipo de prioridade. Segundo José Ricardo Mendes, diretor-presidente do Aché, há excessiva

burocracia e morosidade na aprovação das etapas de pesquisas clínicas pela Anvisa. “Uma solução para a melhoria desses processos seria a criação de um canal exclusivo para as empresas brasileiras na análise de seus dossiês. Por exemplo, ao protocolar pedido de aprovação de estudo para um novo medicamento, a empresa nacional teria tratamento mais rápido. Com isso o governo estaria incentivando a pesquisa e a tecnologia brasileira, nos moldes do que foi feito nas indústrias petrolífera (Petrobras) e aeronáutica (Embraer)”.

Segundo Odnir Finotti, presidente da Pró Genéricos, o que é requerido para o regulatório da Anvisa é que a agência cumpra e faça cumprir a regulamentação vigente e impeça práticas que infrinjam essa regulamentação, contando inclusive com denúncias das próprias empresas.

No segmento de defensivos agrícolas, a principal queixa também se refere à lentidão e ao excesso de burocracia nos procedimentos de registro e fiscalização. Valdemar Fischer tem o cuidado de esclarecer que não se pretende afrouxar controles relacionados à preservação da saúde do trabalhador da lavoura e do consumidor dos alimentos:

“A garantia da segurança e qualidade dos produtos fitossanitários é estratégica para o País. Zelar pela qualidade do produto pré e pós comercialização, pela segurança na aplicação e sua correta utilização na lavoura, além do descarte de resíduos e embalagens, é função essencial de todos os envol-

vidos na cadeia produtiva: indústria, distribuidor, agricultor e órgãos reguladores. Além disso, sendo a balança comercial brasileira altamente dependente dos resultados do agronegócio, e uma vez que a utilização de defensivos agrícolas para controle de pragas e doenças, segundo dados internacionais, é responsável por 40% da produtividade na agricultura, fica evidente que a regulamentação e fiscalização desse segmento é vital para o País. Contudo, não se pode tratar a lentidão nos processos como sinônimo de rigorismo e de maior segurança”.

E infelizmente, segundo Fischer, o que vem acontecendo atualmente no País é exatamente isto: “uma profusão de normas editadas por diversos órgãos e setores do governo em todos os níveis que, de maneira geral, não contribuem em nada para a qualidade e segurança dos produtos e apenas agregam tempo e custo ao processo regulatório, atingindo com mais força as empresas instaladas no País”. Ele defende que o caminho para garantir qualidade, custo e disponibilidade dos produtos não é burocratizar nem complicar o sistema, mas justamente o contrário: simplificar e incentivar que o processo produtivo seja instalado no País, ou seja, próximo aos órgãos reguladores e acessível à sua fiscalização direta.

Para o diretor-presidente da Nufarm, o modelo atual de registro e fiscalização da Anvisa é “mais focado no formalismo do processo do que em sua efici-



Luiz Borgonovi



José Ricardo Mendes da Silva

ência. O Brasil terá mais a ganhar com a instituição de um modelo racional e ágil, que naturalmente atrairá mais investimentos. É extremamente prejudicial, por exemplo, que uma simples inclusão de formulador demore um ano e meio a dois anos para ser avaliada; que a mudança de endereço de uma fábrica demande um registro novo (dois a três anos); e que a detecção de uma possível irregularidade numa fiscalização resulte na interdição de uma linha de produção por mais de três meses até se cumprirem os trâmites burocráticos e se verificar, ao fim, que a suspeita era improcedente”.

No âmbito específico do registro, Fischer sugere a concentração da responsabilidade do processo de registro de produtos fitossanitários em um único órgão; priorização e simplificação dos pleitos de registro e alterações pós-registro para produtos produzidos no País; e fixação de regras para as empresas solicitantes de registro, tais como capital social compatível com o negócio, garantias de que poderão arcar com eventuais danos a lavouras e investimento de longo prazo.

Patentes: abusos de monopólio persistem

O abuso do monopólio de patentes, especialmente no segmento fármaco-

farmacêutico, continua como um problema pendente no Brasil e que contribui para frear o ímpeto inovador da indústria nacional. Após a histórica iniciativa do governo brasileiro de utilizar, em conformidade com os acordos internacionais, a licença compulsória para um medicamento essencial ao programa de DST-Aids, os grandes players globais do setor farmacêutico, adotando a estratégia de que “a melhor defesa é o ataque”, tentaram nos estigmatizar como um país que não respeita a propriedade intelectual. Mas o desrespeito flagrante vem dessas mesmas empresas, que recorrem à litigância de má fé para obterem prorrogações dos seus privilégios.

José Ricardo Mendes sublinha que o Brasil tem uma tradição muito antiga em propriedade intelectual, tanto que é signatário original da Convenção de Paris, datada de 1873. Além disso, também é signatário do acordo Trips (1994), que estabeleceu princípios básicos quanto à pertinência, abrangência e exercício dos direitos de propriedade intelectual. “Isso demonstra claramente a disposição brasileira de respeitar a propriedade intelectual”.

Por conta de interpretações errôneas e brechas regulamentares na lei, explica o empresário, empresas detentoras de medicamentos de interesse da população criaram mecanismos que estendem o prazo de proteção de seus produtos, por meio de patentes secundárias que criam barreiras intransponíveis ao desenvolvimento de produtos similares e/ou genéricos. Essas patentes são, chamadas de evergreening, numa alusão à pretensão das empresas de torná-las

fontes inesgotáveis de lucros.

“É nesse contexto que os temas do polimorfismo, segundo uso médico e patentes de seleção, entre outros, devem ser avaliados” – explica Mendes. “Ou seja, deve-se avaliar se as normas e regras internas do INPI de exame de patenteabilidade permitem ou não a criação de patentes evergreening. Pelo histórico dos últimos anos vemos que muitos medicamentos importantes para a população tiveram o acesso dificultado em decorrência da concessão de patentes secundárias como polimorfos, segundo uso, etc; que estenderam a proteção além dos vinte anos legais. Isto demonstra claramente que as normas internas de exame de patentes do INPI ainda são obscuras e permissivas, além de estarem desprezando um fato relevante: existe projeto de lei em tramitação no Congresso propondo a total anulação de qualquer tipo de patente desse tipo”.

Outro ponto que merece atenção, segundo o diretor-presidente do Aché, na medida em que também contribui para estender o prazo de proteção das patentes, é a morosidade no processo de análise do INPI. “Por lei, qualquer patente concedida deve ter no mínimo dez anos de proteção. Logo, caso a concessão demore mais de dez anos para se efetivar, devido à morosidade do exame, o titular da patente contará com 21, 22 ou até mais anos de monopólio de mercado”.

Luiz Borgonovi alerta para outro aspecto da política de propriedade intelectual que merece a atenção do governo e dos legisladores: o tratamento patentário a ser dado aos produtos tecnológicos de ponta, como os bio e nanotecnológicos. “Confiamos na lei de propriedade industrial e acreditamos que é uma ferramenta de apoio ao desenvolvimento industrial do País. Entretanto, essa ferramenta só será efetiva se for considerado o estágio de

desenvolvimento do parque tecnológico nacional. Neste sentido, as patentes que tenham em seu escopo tecnologias das denominadas 'novas áreas' deverão ser rigorosamente fiscalizadas pelo INPI, que tem o dever de ajudar a promover o desenvolvimento do parque tecnológico brasileiro. Apoiamos a livre concorrência e somos contra qualquer tipo de abuso que gere monopólios indevidos. Assim sendo, confiamos que o INPI esteja disposto a contribuir, por meio de suas diretrizes de exame, com o desenvolvimento das empresas nacionais e freie qualquer tentativa de se utilizar o sistema de patentes de forma predatória e contra os interesses nacionais”.

PPPs: avanços em chão de fábrica

Na prática, os avanços da política industrial e tecnológica do governo Lula na área da química fina se resumem às Parcerias Público-Privadas firmadas entre laboratórios farmacêuticos oficiais e fabricantes nacionais de Farmoquímicos, a partir da decisão do Ministério da Saúde de privilegiar a aquisição desses insumos no mercado doméstico.

O diretor-presidente da Nortec, uma das empresas contempladas, fala de “excelentes expectativas para 2011. Estamos otimistas quanto aos projetos relativos aos insumos listados da Portaria 978 para o próximo ano” – declara Marcus Soalheiro. “Pensamos que a internalização de conhecimento tecnológico inovador deve ser o componente fundamental dentro desse desenho e temos procurado priorizar esse componente na seleção e estabelecimento de nossas parcerias”.

Soalheiro ressalta a importância de que, no modelo da PPP, os parceiros façam suas respectivas partes em sincronia, pois se um deles for mais



Marcus Soalheiro

lento o cronograma, como um todo, fica prejudicado. “A ampliação do mercado interno será uma consequência natural da maturação de cada projeto”. Quanto à ampliação do mercado externo, o diretor-presidente da Nortec acredita que irá depender muito de outros fatores, como taxa cambial e ocupação das instalações. “Quanto maior for a ocupação das instalações, mais competitividade teremos para colocar os nossos produtos no exterior”.

A Fiocruz selou recentemente sua primeira Parceria Público-Privada, com a Farmoquímica Libbs. Paulo Gadelha, diretor-presidente da Fundação, está entusiasmado e afirma que “esta é uma parceria essencial para o País, pois, além de contribuir para o fortalecimento da indústria Farmoquímica e dos laboratórios públicos, garantirá o fornecimento ao SUS de um imunossupressor de grande importância para a saúde pública”.

Embora este seja o seu primeiro contrato no modelo de PPP formatado para a montagem do Complexo Industrial da Saúde, a Fiocruz, segundo Gadelha, pratica a indução e o estímulo à produção nacional há algum tempo. “Em toda nossa história sempre tivemos excelentes relações com empresas sérias que queiram investir em tecnologia para a saúde do cidadão brasileiro. No passado recente fomos pioneiros em grandes acordos na área de vacinas,



Paulo Gadelha

aliando o poder de compra do Estado à transferência de tecnologia e à internalização de todo o ciclo tecnológico no Brasil. Na área de medicamentos o primeiro licenciamento compulsório de fabricação de produto patenteado, o Efavirenz, teve a Fiocruz como âncora, articulada com três Farmoquímicas brasileiras. Estamos cumprindo nosso papel. Não apenas fazemos parcerias importantes e focadas na nacionalização de produtos específicos, como também temos oferecido um modelo concreto de atuação do Estado para o estímulo ao Complexo da Saúde no Brasil, capaz de reduzir a nossa dependência tecnológica e garantir a sustentabilidade do SUS”.

Paulo Gadelha considera que o processo de produção de medicamentos por meio de Parcerias Público-Privadas está apenas se iniciando, “pois as demandas na área da saúde são crescentes e o País vive um período de inclusão social, melhoria na distribuição de renda e quadro demográfico em que se observa um aumento da expectativa de vida. Para avançarmos mais temos que romper paradigmas, articulando a produção e a inovação com os interesses nacionais. A Fiocruz quer manter a liderança neste processo, numa perspectiva cooperativa, pois os desafios da inovação em saúde são enormes. Precisamos de persistência e de políticas e práticas de longo prazo que garantam tanto a inovação local quanto o atendimento das necessidades de saúde da população brasileira”.

Novo modelo da saúde veio para ficar



Da esquerda para direita: Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, José Gomes Temporão, Nelson Brasil e Jean Peter, durante a homenagem ao ministro da Saúde

Fiel ao compromisso de transparência assumido no início de sua gestão, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, participou no final de novembro, na sede da Firjan, de mais um Encontro Empresarial ABIFINA sobre o Complexo Industrial da Saúde – o último do governo Lula. Mais do que um encontro de trabalho, esta foi uma oportunidade para as empresas e entidades ligadas à indústria farmoquímica e farmacêutica nacional homenagearem o médico sanitarista que liderou a retomada do desenvolvimento do setor após um longo período de abandono pelo Estado.

A gestão de Temporão foi marcada pela firmeza na tomada de decisões, pelo diálogo maduro com todos os setores envolvidos e, sobretudo, pela concepção de um novo modelo de desenvolvimento da saúde que, além de se pautar pelo imperativo social e por boas práticas técnicas,

também leva em conta o aspecto do desenvolvimento econômico e social. Essa visão abrangente, segundo a qual a saúde de um povo depende não somente de médicos, hospitais e remédios, mas também de emprego e renda, segundo Temporão, veio para ficar. “Conseguimos criar um

eixo estruturante na saúde pública”, comemorou o ministro. A indústria nacional agradece e renova o compromisso de continuar fazendo a sua parte.

A primeira saudação foi feita pelo anfitrião Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, presidente da Firjan, que disse da sua sa-

tisfação pelo trabalho conjunto realizado e elogiou o despojamento e a disposição de serviço à pátria do Ministro Temporão. “Estamos otimistas com a perspectiva de que o que foi plantado continuará” – afirmou Vieira. “Espero que o novo governo se aplique até mais na questão das reformas necessárias para o desenvolvimento nacional”.

Entre essas reformas, na opinião do presidente da Firjan, destaca-se a tributária, que tem sido objeto de intensa campanha publicitária por parte da entidade. “O foco na reforma tributária tem a ver com a perversa política fiscal praticada no País” – explicou Vieira. “Hoje o governo arrecada R\$ 1 trilhão em impostos por ano, o que sufoca a economia. Queremos dieta para o “impostão”, que está muito gordo”. O presidente da Firjan declarou-se “horrorizado” com a perspectiva do retorno de mais um imposto – a CPMF – e argumentou que o Estado precisa não de mais recursos, mas sim “funcionar melhor, e o exemplo da área da saúde na gestão de Temporão é uma prova de que isto é possível”.

O presidente da ABIFINA, Jean Peter, começou sua apresentação assinalando que temos “um passado a lembrar”. Esse passado remonta aos anos 1980, quando, por iniciativa do Conselho de Desenvolvimento Industrial, foi editada a Portaria Interministerial 04/84, criando incentivos para o desenvolvimento de um parque industrial de química fina no País. Para utilizar o poder de compra do Estado em favor desse programa foi criada a CEME; para garantir mercado interno foi instituída uma barreira temporária a importações de certos medicamentos; para apoiar financeiramente os novos empreendimentos o então BNDE entrou com linhas de financiamento e aporte societário a projetos de maior interesse estratégico; e finalmente, para orientar o desenvolvimento tecnológico, foi criada a Codetec.

O resultado, segundo o presidente da ABIFINA, foi o surgimento de cerca de dois mil novos projetos industriais nos seis anos decorridos a partir da edição da Portaria Interministerial. Teria sido um caso de sucesso e o Brasil poderia estar hoje entre os grandes players mundiais

do setor se, nos anos 1990, sucessivos governos não tivessem optado por uma política de desindustrialização que, na área da química fina, culminou com a paralisação de metade dos projetos em curso e com a não implementação de mais de trezentos que ainda estavam em fase de detalhamento.

O governo Lula empreendeu uma retomada do desenvolvimento do setor. Segundo o presidente da ABIFINA, no período entre 2002 e 2005 houve um esforço ainda tímido, porém significativo, consubstanciado na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (Pitce). O processo começou a avançar realmente entre 2006 e 2010, com a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e o PAC da Saúde, que inovou “apresentando uma visão integrada da cadeia produtiva e da prestação de serviços para a saúde”.

A primeira grande iniciativa, desenvolvida a partir do final de 2006, foi a licitação para compra de Zidovudina e Lamivudina pelo laboratório Farmanguinhos, na modalidade de contratação de fabricação local em vez de licitação para



Da esquerda para direita: Pedro Palmeira (BNDES), Carlos Gadelha (Fiocruz), Carlos Gross, pela ALANAC, Ministro Temporão, Nelson Brasil (ABIFINA) Eduardo Eugênio, (Firjan), Jean Peter (ABIFINA), Odnir Finotti (Pró Genéricos), Reinaldo Guimarães (MS) e Paulo Henrique de Melo (MS).

aquisição de produto, como mandava a Lei de Licitações. “Foi um movimento corajoso. Importadores contestaram na justiça, mas perderam em primeira e segunda instâncias”. De 2006 a 2008, recordou o presidente da ABIFINA, o Ministério da Saúde ousou ainda mais com a licença compulsória do Efavirenz e a subsequente contratação de um consórcio de Farmoquímicas nacionais para a produção do princípio ativo no prazo de um ano. A partir de 2009, o SUS passou a contar com atendimento pleno de sua demanda desse produto.

O principal avanço dos últimos dois anos foi o estabelecimento de Parcerias de Desenvolvimento Produtivo entre laboratórios públicos e privados, tendo em vista suprir a demanda de medicamentos para a saúde pública. Peter destacou que hoje estão em implantação nada menos que vinte contratos desse tipo envolvendo nove laboratórios públicos e dezessete empresas privadas, sendo dez nacionais. “O significado econômico dessas parcerias é expressivo: elas envolvem compras anuais de R\$ 1,25 bilhão, o que representa 20% da atual despesa com importações, e proporcionam uma economia anual de R\$ 250 milhões para os cofres públicos. Isto na fase inicial, porque no período de maturidade dos projetos a economia chegará a R\$ 500 milhões por ano”.

Depois de reconhecer e valorizar os avanços, o presidente da ABIFINA falou das dificuldades, que se concentram basicamente na legitimação e na consolidação do novo modelo. “O entendimento do TCU e da Procuradoria precisa incorporar o espírito da preferência ao produto nacional nas compras públicas, agora expressa oficialmente na Medida Provisória 495”. Outra dificuldade, na opinião de Peter, é o alinhamento de todos os laboratórios públicos – estaduais, municipais e fundações – aos conceitos do CIS, visando o uso rotineiro do poder de compra em favor da produção nacional.

“O Brasil está enfrentando uma concorrência desleal no cenário internacional, que causa desindustrialização internamente. Para superar essa ameaça temos que pôr em prática, agora, os instrumentos em torno dos quais estamos todos de acordo. Temos

que procurar uma relação ‘ganha-ganha’ entre as partes envolvidas para recuperar o terreno perdido e garantir o desenvolvimento sustentável da nossa economia”, exortou o presidente da ABIFINA.

Peter encerrou sua participação citando uma frase do Relatório sobre as Manufaturas elaborado por Alexander Hamilton, braço direito do presidente dos Estados Unidos George Washington, em 1791: “Não somente a riqueza, mas a independência e a segurança de um país parecem estar intimamente ligadas à prosperidade das manufaturas. Toda nação que pretenda atingir estes grandes objetivos deve procurar possuir o essencial para o abastecimento nacional”.

Em sua saudação, o conselheiro da Alanac Carlos Gross, depois de elogiar a atuação do ministro Temporão, endereçou uma crítica à agência reguladora. “A Anvisa, embora bem intencionada, tem idéias complicadas, como a do selo para cada caixinha de medicamento com o objetivo de coibir a falsificação. Temos 1,5 bilhão de caixinhas no mercado para serem lidas por equipamento ótico, quando apenas 0,1% das unidades são falsificadas. Isto é o mesmo que tentar matar uma pulga com tiro de canhão. A indústria vai entrar na justiça contra essa decisão, pois a pulga em questão deve ser morta pela polícia, e não pela Anvisa”.

O presidente da Associação Pró Genéricos, Odnir Finotti, mostrou em números o impressionante crescimento desse segmento da indústria farmacêutica na última década, cujo marco inicial foi a Lei de Genéricos (nº 9.787), sancionada ainda no governo FHC. “O mercado de genéricos cresce mais que o de medicamentos em geral. 90% das doenças mais diagnosticadas já podem ser tratadas com genéricos. Nossa participação de mercado chegou este ano a 20,9% em unidades e 16,9% em faturamento”. Isto se deve em parte, segundo Finotti, ao fato de que, diferentemente dos países desenvolvidos, no Brasil o consumo de medicamentos aumenta quando a renda cresce.

Cinco empresas que estão entre as maiores do País no setor farmacêutico conquistaram essa posição fabricando genéricos, informa o presidente da Associação. Um aspecto preocupante, em sua opinião, é que os medicamentos que mais ampliam sua participação no mercado são os não inovados. Por outro lado, ele afirma que o Brasil tem a vantagem de ser um dos países com maior índice de produção local dos genéricos consumidos internamente: 90%. “Se tivéssemos também produção local de fármacos, a verticalização seria muito forte”.

Fazendo coro à campanha da Firjan e da indústria em geral, Finotti mencionou a carga tributária, que é de 36% no setor,





como um grande obstáculo à ampliação do acesso da população aos medicamentos. “Os genéricos são bons pagadores de impostos. Só em ICMS, que representa 17% do preço, R\$ 5,6 bilhões foram recolhidos em 2010”. Outro obstáculo importante é a persistência dos abusos de patentes no País. “O envolvimento da Advocacia da União e do poder judiciário nessa questão representa mais custo para a sociedade brasileira. Todos nós pagamos por isso”.

Numa calorosa homenagem ao ministro da Saúde, o vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil, destacou suas qualidades como homem público. “Temporão marcou sua gestão pelo pioneirismo, relevância e objetividade envolvidas em suas iniciativas, especialmente ao articular ações na área de seu ministério com as demais políticas públicas desenvolvidas no Brasil, tendo em vista acabar com o enorme descompasso existente entre assistência à população e atividades da base produ-

tiva e inovatória em produtos e serviços requeridos para a saúde”.

Nelson Brasil destacou a disposição de Temporão para derrubar preconceitos em prol de um modelo mais moderno e sustentável para a saúde pública. “Com discernimento e coragem enfrentou a acomodação, a burocracia e as reações de pessoas ou grupos contrários à introdução das reformas necessárias, fortalecendo, com medidas concretas, o complexo produtivo e de inovação em saúde ao associá-lo aos objetivos do SUS, sob uma visão estratégica de transformação da estrutura produtiva do País, comprometendo-a com os grandes objetivos nacionais de crescimento econômico associado ao atendimento às necessidades essenciais da saúde da população brasileira”.

A fala de Temporão foi coerente com a imagem, construída com ações e exemplos em toda sua gestão, de um ministro

inteiramente aberto ao diálogo, além de empreendedor e inovador. “Em três anos e nove meses no Ministério vivi momentos preciosos de encontro, estímulo, cobranças e críticas”. Temporão dividiu com o setor produtivo os méritos pela criação do novo modelo para a área da saúde. “Sem a participação e o entusiasmo dos empresários na mudança, apoiando, divergindo, empurrando para frente, não teríamos avançado tanto. A estratégia que desenhamos e construímos juntos foi inteligente”.

Temporão agradeceu o empenho e o espírito de parceria de pessoas como Reinaldo Guimarães, secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; Carlos Gadelha, vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fiocruz; e Pedro Palmeira, diretor do Defarma/BNDES. Mencionou a influência, em sua formação técnica e política, de sanitaristas ilustres como Ézio Cordeiro e Sérgio Arouca. Reconheceu os



esforços do diretor da Anvisa, Dirceu Raposo, no sentido de aperfeiçoar o sistema de registro sanitário - “Como a Anvisa apanhou!” Mas a ação regulatória está evoluindo.” – e lembrou que a superação dos desafios na área regulatória e na questão das licitações públicas depende, em parte, da tramitação de projetos de lei que estão no Congresso, com o objetivo de dar consistência legal à nova estratégia.

Mas o que o futuro próximo reserva a esse modelo que foi fruto de tanto trabalho? Segundo Temporão, “a nova visão da saúde pelo governo veio para ficar, com certeza”. Ele está convencido de que vivemos um “momento precioso da vida política brasileira” e que, “se queremos colocar o CIS funcionando e ampliar os avanços, a presidente Dilma é muito aberta para isso. Transpor conceitos para ação de governo é uma tarefa complexa. Não era comum se considerar essa parte econômica e de desenvolvimento industrial na pasta da Saúde. Nós conseguimos criar um eixo estruturante na saúde pública. Quero dizer da minha alegria e lembrar que temos muito ainda a fazer”.

Os representantes de governo presentes ao Encontro Empresarial expressaram, de forma geral, um sentimento de confiança quanto à manutenção do novo modelo da saúde no governo Dilma Rousseff. Para o secretário Reinaldo Guimarães, a tendência é que ele se transforme em “uma política de Estado, em que podem mudar as pesso-

as, mas seu espírito permanecerá”. Hayne Felipe da Silva, diretor de Farmanguinhos, manifestou igualmente expectativas positivas e afirmou que “a gestão do ministro Temporão consolidou a ideia de que a saúde também é base para o desenvolvimento”. Ele entende que o Brasil finalmente superou a dificuldade de implantar uma política industrial no setor, embora ainda estejamos “pagando o preço por ter desmontado nosso parque Farmoquímico”. Esse preço, em sua opinião, se traduz na falta de “uma base para que a política aconteça na velocidade que desejamos”.

Pedro Palmeira, do BNDES, também está otimista e enxerga novos desafios à frente. “O Profarma foi a grande iniciativa de interseção da Política Industrial com a Política Nacional de Saúde, incentivando a inovação e a produção local de princípios ativos e medicamentos. Agora, nossa expectativa é a de que essa interação torne-se ainda mais forte. Nos próximos quatro anos, o principal desafio será induzirmos a inovação no Complexo Industrial da Saúde. Já contamos com ações para isso, mas ainda estamos muito longe de alcançar os níveis da indústria farmacêutica dos países desenvolvidos. Precisamos tirar a inovação tecnológica da inércia, para minimizarmos os riscos de uma desindustrialização precoce”.

As empresas Farmoquímicas e farmacêuticas nacionais, com todas as críticas que têm feito às barreiras regulatórias e

à lentidão burocrática do governo, são unânimes em reconhecer os avanços obtidos na gestão do ministro Temporão. Lélcio Maçaira, presidente do Laborvida, aponta como a melhor prova da eficácia do atual modelo os resultados concretos já alcançados. “Produtos importantes para o País estão sendo fabricados no Brasil, como o AZT, a Lamivudina e o Efavirenz. São três princípios ativos muito importantes, utilizados principalmente por Farmanguinhos com a qualidade da indústria nacional”.

Nicolau Lages, diretor da Nortec, espera que os mecanismos para o desenvolvimento produtivo sejam aprimorados no próximo governo. “Destaco dois mecanismos interessantes: a subvenção econômica, importante para aumentar a competitividade das empresas, na medida em que as incentiva a desenvolver novos processos e produtos; e o uso do poder de compra do Estado por meio da MP 495, que concede margens de preferência para empresas nacionais em licitações públicas”. Lages considera que a política do governo ainda é “um pouco deficiente na hora de colocar em prática esses mecanismos de incentivo. Há muita lentidão”.

Na opinião de Odilon Costa, diretor de Relações Institucionais da Cristália, “o Brasil vive hoje o melhor estágio na relação entre o Poder Executivo e a indústria farmacêutica, com o estabelecimento de uma política que envolve o setor regulado, procura atender suas demandas e incentivar seu crescimento. E hoje a ABIFINA é a entidade de classe que melhor se posiciona em relação ao governo a respeito dos assuntos da área de saúde”.

Para o diretor da Cristália, os desafios a serem enfrentados pelo setor produtivo ainda são grandes. “A indústria farmacêutica precisa entrar de vez na agenda do governo. É preciso consolidar a política de saúde já existente, com o envolvimento de todos os atores da cadeia, em especial a Anvisa, que ainda não está totalmente integrada ao processo. Algumas decisões da agência pesam contra o setor industrial, a exemplo das etiquetas eletrônicas para combater a falsificação”.

O papel do BNDES na promoção da indústria brasileira



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Industrial e Social (BNDES) durante a gestão Lula, especialmente em seu segundo mandato, vem apoiando firmemente o desenvolvimento nacional, como ponta de lança da Política de Desenvolvimento Produtivo do governo federal. O banco teve um relevante papel durante a crise financeira internacional dos anos 2008/2009, fornecendo os créditos necessários para sustentar a produção interna e as exportações. Comandado por Luciano Coutinho - que vai permanecer no cargo durante a gestão de Dilma Rousseff, o banco vem man-

tendo o nível de crédito requerido para

alavancar o investimento interno em um cenário de elevados custos do financiamento por parte de bancos privados; vem apoiando a reestruturação, o fortalecimento e a inovação tecnológica de empresas nacionais, em especial nas áreas estratégicas; e vem expandido desembolsos para micro, pequenas e médias empresas.

Em entrevista à FACTO, Coutinho fez um balanço das ações do BNDES durante o período em que ocupou a Presidência, e apontou quais serão os desafios e oportunidades para os próximos anos. Para o economista pernambucano, formado pela Universidade de São Paulo (USP), o banco teve um papel fundamental para manter as taxas de investimento na economia nacional durante a crise financeira, mas ainda haveria muito a ser feito para fortalecer a competitividade das empresas brasileiras. Coutinho falou ainda das ações definidas para o complexo industrial da química fina e sobre medidas destinadas a conter a desindustrialização.

A enorme apreciação do Real face ao Dólar, fruto de políticas monetárias utilizadas pela China e Estados Unidos, tem resultado em um crescente e amargo processo desindustrializante do país. O que ainda poderíamos fazer nesse cenário, tendo em vista refluir ou, pelo menos, amenizar esse indesejável processo?

No plano internacional, é essencial a busca de coordenação de políticas econômicas para evitar o clima de guer-

ra cambial. É preciso reconhecer que os EUA não poderão mais atuar como consumidor de última instância do resto do mundo. O arranjo em que os países emergentes incorriam em vastos superávits comerciais, acumulavam reservas cambiais e financiavam os déficits fiscal e em transações correntes dos EUA não tem mais bases sólidas para continuar. As famílias norte-americanas estão em processo de desalavancagem e as condições internas de crédito nos EUA ainda são restritivas, o que faz com

que os gastos privados se retraíam. Já a China deveria flexibilizar sua política cambial de forma mais agressiva. Com seu vasto mercado interno, a valorização do yuan geraria um maior incentivo ao consumo das famílias e estimularia a demanda agregada global, contribuindo para a recuperação do nível de atividade mundial.

No plano doméstico, do ponto de vista macro, a política agressiva de acúmulo de reservas internacionais, implementada pelo governo brasileiro

O BNDES não força as decisões de investimento, mas avalia com atenção os pedidos de apoio financeiro que são feitos pelas empresas interessadas.

ao longo dos últimos anos, mostrou-se acertada. Ela não apenas age no sentido de evitar uma trajetória mais intensa de apreciação da taxa de câmbio, como também representa um colchão de liquidez em crises financeiras. Além disso o BC pode e deve lançar mão de medidas de natureza regulatória, e também atuar nos mercados futuros.

Também tivemos a introdução, e posterior elevação, das alíquotas de IOF sobre as operações estrangeiras no mercado de renda fixa, medida que foi correta e pode ser intensificada.

Ademais, no longo prazo, a execução de políticas públicas estruturantes, como da PDP (Política de Desenvolvimento Produtivo), deve intensificar o apoio aos setores mais prejudicados pela concorrência internacional. Também a melhora da infraestrutura doméstica, ancorada nos investimentos do PAC, eleva a competitividade sistêmica da economia e age no sentido de aumentar a competitividade dos exportadores brasileiros.

Quais são as principais razões que justificam uma política de consolidação setorial, tal como prevista na Política Industrial do Governo, e como o BNDES trabalha para que ela se concretize?

Movimentos de consolidação empresarial fazem parte da história e da dinâmica do capitalismo, nos quais as empresas envolvidas buscam reforçar

sua capacidade competitiva. No Brasil, a abertura econômica fez com que os movimentos de consolidação visassem inicialmente enfrentar a concorrência dos grupos econômicos estrangeiros. Nos últimos anos, porém, tal movimento deixou de ter um caráter apenas defensivo para se tornar parte de estratégias ativas de empresas brasileiras, visando ganhar dimensão e competitividade em escala global.

Do ponto de vista da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), essas iniciativas são desejáveis porque se entende que os países que foram bem sucedidos em alcançar níveis elevados de desenvolvimento econômico e social têm sempre empresas internacionalizadas, que dominam cadeias produtivas globais, exercendo as funções corporativas mais nobres e mais rentáveis, como o marketing, a logística, as finanças e, principalmente, a liderança nas inovações.

Mas é preciso ressaltar que as fusões e aquisições envolvendo grupos brasileiros são iniciativas empresariais privadas, dentro de suas estratégias competitivas internacionais. O BNDES não força as decisões de investimento, mas avalia com atenção os pedidos de apoio financeiro que são feitos pelas empresas interessadas.

Outro ponto importante é que o Banco participa de iniciativas desse tipo, principalmente através de instrumentos de renda variável: fusões e aquisições são apoiadas com recursos captados a custos de mercado. Nesse tipo de operações, o aporte de recursos é realizado por meio de debêntures conversíveis. Caso haja uma valorização dessas empresas, o BNDES converte esses títulos em ações e se apropria de parte do ganho de capital. Em geral, essas operações são tão positivas que têm respondido pela maior parte do lucro do Banco nos últimos anos. Este lucro reverte em favor do governo federal e do contribuinte, quer através do

pagamento de dividendos, quer através do aumento do capital da instituição.

Nos últimos anos, o BNDES aumentou ou diminuiu a concentração dos seus recursos em torno de um número pequeno de grandes empresas? Qual foi a participação das pequenas e médias empresas nos financiamentos do BNDES?

Os desembolsos para as micro, pequenas e médias empresas são prioritários para o BNDES, principalmente, em razão de seu potencial de geração de novos empregos formais na economia.

Nos últimos dois anos, o Programa BNDES de Sustentação dos Investimentos (BNDES-PSI), lançado em função da crise financeira iniciada em 2008, permitiu a ampliação da participação das MPMEs nas liberações de recursos, de 24,8% em 2007 para 32,1% em 2010. Nos últimos doze meses até outubro, os desembolsos para as MPMEs cresceram 94%, ante igual período do ano anterior.

Outro indicador importante é o forte crescimento das operações com o Cartão BNDES. Até outubro de 2010, foram emitidos 337 mil cartões. A taxa de

...as indústrias que compõem a química fina, intensivas em tecnologia e fornecedoras de insumos para diversas cadeias, fazem parte de distintos complexos econômicos. Por esta razão, devem ter suas políticas definidas de acordo com as especificidades de cada complexo.

crescimento das emissões em doze meses, até outubro de 2010, foi de 43%, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Acredito que estes números mostram como o BNDES tem conseguido manter o apoio aos grandes projetos industriais e de infraestrutura em curso no país e ao mesmo tempo se aproximar cada vez mais das empresas de menor porte.

Fármacos para medicamentos normalmente são produtos de alto valor agregado, intensos em tecnologia, mas que são utilizados em pequenas proporções ao nível de mercado final. Para se justificar a produção verticalizada de tais insumos no Brasil, a ABIFINA tem sugerido que outros segmentos do complexo industrial da química fina, como defensivos animais e agrícolas, dentre outros insumos que fazem parte da mesma cadeia produtiva, por serem consumidos em quantidades que conferem escala à produção local nessa área, também sejam priorizados em políticas públicas. Nesse cenário, como vê a possibilidade do BNDES vir a financiar e apoiar o desenvolvimento de projetos da química fina como um todo, sob a mesma ótica que vem sendo tratada pelo Defarma?

A lógica de criação do BNDES-Profarma, elaborada e operacionalizada pelo Defarma, está baseada na visão de complexo econômico-industrial, que privilegia atividades produtivas com elevado grau de vinculação econômica entre si. Neste sentido, a capacidade da cadeia de saúde em integrar a lógica social, de atendimento às demandas da saúde da população, com a lógica industrial, de importante motor do desenvolvimento econômico e tecnológico do país, a coloca em um foro privilegiado das políticas públicas, em especial do BNDES.

Neste contexto, o BNDES-Profarma apóia financeiramente todas

Acredito que a PDP seja o fórum adequado para articular um novo impulso para a inovação, e esta será uma agenda muito relevante nos próximos anos.

as indústrias, de diferentes bases técnicas, que compõem o Complexo Industrial da Saúde, inclusive o desenvolvimento e a produção de Farmoquímicos.

A lógica de complexo industrial foca a demanda de determinada indústria para que ela puxe a cadeia produtiva. Assim, as indústrias que compõem a química fina, intensivas em tecnologia e fornecedoras de insumos para diversas cadeias, fazem parte de distintos complexos econômicos. Por esta razão, devem ter suas políticas definidas de acordo com as especificidades de cada complexo. Acredito que a abordagem baseada nestes critérios, como no caso da indústria de saúde, torna as ações do Estado mais efetivas.

Haveria condições do BNDES apoiar produtos financeiros, como um Fundo de Direito Creditório (FDIC), para facilitar a compra de defensivos agrícolas fabricados no país, pelos agricultores nacionais? Da mesma forma para outros produtos da química fina? Entendemos que instrumentos como esse servem para dar capital de giro mais barato para o agricultor nacional.

Em princípio, o BNDES tem condições de apoiar FIDCs para esses setores, desde que estejam enquadrados na política operacional do Banco. Este é um tema relevante que merece uma reflexão aprofundada por parte do BNDES, a partir de uma proposta concreta do setor privado.

Quais as realizações do BNDES sob

sua presidência que V.Sa. destacaria como as mais importantes de sua gestão e o que mais se pode esperar desse banco de fomento nos próximos anos?

O BNDES foi importante nos últimos anos para que o investimento tenha crescido à frente do crescimento do PIB. Com a crise financeira internacional, o Banco foi um dos elementos decisivos do esforço contracíclico do governo federal.

Nos próximos anos, o BNDES deverá aprofundar sua atuação no fortalecimento da competitividade da economia brasileira, em especial no que se refere ao apoio às inovações, às cadeias de bens de capital fornecedores dos principais setores nacionais e a todos os setores da indústria e serviços intensivos em conhecimento.

A inovação é um elemento-chave nesse contexto. O governo federal propiciou nos últimos anos a construção de diversos instrumentos de apoio, como foram os casos da Lei da Inovação, da Lei do Bem, de criação de subvenção econômica, dos aumentos de recursos da Finep e do BNDES para esse tipo de investimento e, mais recentemente, da MP 495 que propicia o uso do poder de compra pelo Estado. Agora, é preciso intensificar o manejo desses instrumentos para fazer com que as atividades inovadoras sejam parte da rotina de mais empresas brasileiras. Acredito que a PDP seja o fórum adequado para articular um novo impulso para a inovação, e esta será uma agenda muito relevante nos próximos anos.

Agregando conceitos de sustentabilidade e comércio ético ao longo da cadeia



“Casa do Jaborandi” instalada em Matias Olímpio/PI para apoio aos colhedores.



O Grupo Centroflora produz extratos destinados ao mercado farmacêutico, cosmético, nutracêutico e alimentício. Através da Vegeflora, uma de suas unidades fabris, sediada em Parnaíba/PI, fabrica o insumo farmacêutico ativo Pilocarpina – que é extraído da planta Jaborandi (*Pilocarpus microphyllus* Stapf Ex Wardleworth) e utilizado em medicamentos destinados ao tratamento de glaucoma e xerostomia.

Há tempos a Centroflora atua para oferecer a seus clientes sustentabilidade à matéria-prima vegetal utilizada na fabricação de seus extratos vegetais, agregando rastreabilidade, segurança e qualidade aos produtos e processos produtivos, através de seu programa corporativo “Parcerias para um mundo melhor”.

Em 2008, ao assumir o negócio de Pilocarpina, passou a demandar por folhas de jaborandi nativo. Norteada pela missão visão e valores da companhia, sentiu a necessidade de criar uma estrutura de rastreabilidade e sustentabilidade à sua cadeia de suprimento de jaborandi. Desta forma, em parcerias com a GTZ, órgãos governamentais e Instituto Floravida, criou-se o projeto “Valorização do Jaborandi”, atuando nas regiões de Carajás/PA, São Felix do Xingu/PA e nos Territórios dos Cocais/PI.

Aproximadamente quatrocentas pessoas estão envolvidas no manejo do jaborandi, sendo beneficiadas com transferência e monitoramento de técnica de poda para garantir a conservação da espécie, o apoio à formação de cooperativismo e o pagamento por serviços ambientais, agregando valor à biodiversidade e va-

lorizando o desenvolvimento local, com manutenção da floresta em pé.

Fruto deste trabalho e visando oferecer a seus clientes mecanismos externos para acompanhamento e verificação do trabalho realizado, a Vegeflora recebeu no último dia 10 de novembro a condição de “Membro Provisório” da União para o Biocomércio Ético (UEBT – Union for Ethical BioTrade).

A União para o Biocomércio Ético, sediada em Genebra na Suíça, foi criada com o suporte da ONU e com o objetivo de reconhecer, promover e facilitar o comércio ético de insumos provenientes da biodiversidade. Disponibiliza normas que refletem as metas da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES) e das Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Os 7 princípios e critérios do biocomércio ético:

1. Preservar a variedade e a complexidade da diversidade genética, de espécies e de ecossistemas.
2. Obter e desenvolver ingredientes naturais de modo tal que não leve, a longo prazo, ao declínio do ecossistema e de sua biodiversidade.
3. Garantir que todos aqueles que contribuam para o desenvolvimento de um produto natural sejam reconhecidos e recompensados de forma justa, e que todos os atores repartam os benefícios resultantes do uso da biodiversidade.
4. Adotar práticas de produção, financiamento e comercialização que sejam economicamente viáveis e socialmente aceitáveis.
5. Cumprir todos os regulamentos internacionais, nacionais e locais aplicáveis.
6. Respeitar os direitos humanos e as considerações trabalhistas e de diferenças de gênero de todos os colaboradores.
7. Respeitar a posse da terra e garantir acesso aos recursos biológicos e ao conhecimento tradicional com base em prévio consentimento livre e esclarecido.



Regeneração da planta após técnica de poda aplicada

ABIFINA participa de visita técnica às unidades da Ourofino

A Ouro Fino Agronegócio, empresa associada da ABIFINA, realizou entre os dias 18 e 19 de novembro uma apresentação de suas instalações a representantes de entidades ligadas ao agronegócio. Durante a visita, a ABIFINA foi representada por sua gerente técnica Diva Arrepia. Participaram ainda colaboradores do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag) e da Associação das Empresas Nacionais de Defensivos Agrícolas (Aenda).

No dia 18 de novembro, os visitantes conheceram as unidades fabris de Uberaba (MG), onde são produzidos os defensivos agrícolas. Com capacidade de produção estimada em 100 milhões de litros por ano, a fábrica é a maior do ramo na América Latina. Já no dia 19, os representantes visitaram as instalações do Grupo em Cravinhos (SP), cidade próxima a Ribeirão Preto, aonde são produzidos medicamentos veterinários. A Ouro Fino pretende nos próximos anos estar entre as cinco maiores empresas de defensivos agrícolas no Brasil.



Da esq para direita: Ivan Sampaio (Sindag), Thaís Clemente (Ourofino), Tulio Oliveira (Aenda), Silvia Ligabó (Sindag) e Diva Arrepia (ABIFINA)



ABIFINA comenta a notícia

Real forte acelera renovação industrial

Estadão,
22/11/10



Visão inconsequente

As vantagens do Real forte foram alardeadas nessa reportagem que anuncia “uma das maiores renovações do parque industrial brasileiro”, operada por meio da importação de US\$ 124 bilhões em bens de capital nos últimos quatro anos. “A desvalorização do dólar barateou as máquinas importadas e a crise global provocou uma ‘liquidação’ de equipamentos no exterior” – comemora o jornal, interpretando essas importações como responsáveis por uma melhoria da produtividade da indústria nos últimos anos.

A prevalecer a tônica dessa análise, seria melhor acabar com a indústria nacional de bens de capital e recorrer exclusivamente às importações para continuar nosso crescimento econômico. Mas a matéria é inconsequente na medida em que despreza tópicos fundamentais para oferecer uma visão de conjunto do funcionamento da indústria. Todos os países desenvolvidos inicialmente trataram de construir uma sólida indústria doméstica para, somente depois, abrirem seus mercados às importações. A competição é saudável, mas é indispensável que ela seja realizada de forma isonômica, ou seja, com parceiros de porte similar e contando com instrumentos adequados. E isonomia é algo que em nosso país ainda deixa muito a desejar.

Ministério vê desindustrialização no Brasil

Estadão, 17/11/10



Antes tarde do que nunca

O “vazamento” para a imprensa de documento reservado produzido pelo MDIC, sob o título “Desindustrialização, reprimarização e contas externas”, evidenciou que o governo está no mínimo dividido na avaliação do desempenho da economia. Finalmente, e de forma correta, o Ministério do Desenvolvimento,

Indústria e Comércio Exterior tomou partido em favor do desenvolvimento nacional, contrariando os defensores das regras ditadas pelo Consenso de Washington, que massacrou a indústria brasileira nos anos 1990. Existe, sim, um processo de desindustrialização no Brasil, como demonstra a queda da participação da indústria no PIB, de 30,1% em 2004 para 25,4% em 2009. Não há como negar que a taxa de câmbio com Real apreciado é a grande explicação para esse fato. Desde 2007 os manufaturados, que constituem a categoria com maior valor agregado na produção, vêm perdendo espaço na pauta de exportações. A produção doméstica pode crescer mais. Não se trata de saturação da capacidade produtiva, mas apenas de concorrência predatória - roubo de mercado consumado pelas importações resultantes da agiotagem da taxa cambial apreciada, aliada a juros internos escorchantes.

Setores eletroeletrônico e químico ampliam compras

Valor Econômico,
16/11/10



Retrocesso comprovado

O setor químico foi identificado como um dos que mais têm contribuído para o déficit da balança comercial da indústria, contabilizando, entre janeiro e setembro de 2010, um saldo negativo de US\$ 8,04 bilhões. No segmento de intermediários químicos, a indústria não tem a mínima condição para competir com os produtos de origem asiática, que são fortemente subsidiados para exportação, beneficiam-se da isenção de tributos internos e são fabricados a custos marginais, pois os trabalhadores chineses recebem salários miseráveis. Se a presidente Dilma Roussef não tratar com prioridade esse problema, certamente voltaremos a ser um país “essencialmente agrícola”, motivo de equivocado orgulho e atraso econômico até o governo Getúlio Vargas.

Lula defende Doha, mas não entusiasma líderes

Valor Econômico, 12/11/10



Bola murcha

A prolongada crise que o mundo atravessa realmente trabalha contra a retomada da Rodada Doha. O impasse está formado, pois, como destacou a reportagem, os EUA insistem em só aceitar acordo se o pacote for reaberto para obter mais vantagens em suas exportações para os países emergentes e, por outro lado, Brasil e Índia não aceitam pagar mais sem receber em troca.

As grandes potências, que mais sofreram as consequências de seus desatinos praticados no passado, buscam agora soluções imediatistas para seus problemas internos. É a lei da selva grassando. Nesse cenário, o Brasil, bem menos afetado pelo problema, não pode deixar que sua economia seja contaminada pelos males que assolam os países ricos. Mais do que nunca temos que privilegiar o mercado doméstico, buscando supri-lo com nossa produção interna. O mercado externo tem que ser visto como algo a ser agregado ao nosso comércio, e não buscado a qualquer preço.

Câmara aprova MP 495 que reduz burocracia e impulsiona inovação

Agência CT,
25/11/10



Uma lei indispensável

Trata-se de importantíssima matéria aprovada no “apagar das luzes” do governo Lula, que agora se encaminha ao Senado. Como se espera que o governo Dilma dê continuidade à obra de retomada do desenvolvimento industrial iniciada no governo Lula, estamos certos de que serão tomadas providências visando à implantação dos dispositivos de preferência nas licitações públicas ao produto fabricado no País. Receamos, apenas, que não seja dada a devida prioridade à implantação efetiva desse instrumento em prol do desenvolvimento nacional, como preconizado pela MP 495. Isto porque o novo dispositivo contraria privilégios arraigados e práticas desvinculadas do interesse público, desde que o neoliberalismo ditou que o Estado devia se afastar completamente do mercado.

Cinco imperativos para o G-20

Valor Econômico,
11/11/10



Apelo à conciliação

Jamie Metzl, membro do Conselho de Segurança Nacional do presidente Bill Clinton e vice-presidente executivo da Asia Society, conclama o G-20, em tom de manifesto, a assumir mais responsabilidade política no atual período de crise e empunhar a bandeira da cooperação internacional. Isto se traduziria em imperativos como o comprometimento com o livre comércio “no contexto de um sistema mundial justo e equitativo”; políticas monetária e fiscal mais bem coordenadas; taxas de câmbio regidas pelo mercado e “um referencial regulamentar mutuamente acordado para os mercados financeiros em evolução”; educação e capacitação dos desfavorecidos; aumento da proteção à propriedade intelectual e promoção de esforços colaborativos internacionais indutores da inovação.

São propósitos nobres e relevantes, sem dúvida, mas para atender suas necessidades sociais o Brasil precisa de recursos advindos de impostos. E não há como resolver a questão por meio de maior carga tributária nominal: o que precisamos é ampliar a base de contribuintes via aumento da produção, geração de renda e de emprego. A industrialização vigorosa do País, visando atender sua demanda interna e gerar excedentes para exportar, se impõe como o grande caminho do desenvolvimento, que já fez o sucesso das nações de primeiro mundo.

Cuidado com leões feridos

O Globo,
10/11/10



Tom de ameaça

Artigo assinado pelo economista estadunidense Kenneth Rogoff lança uma sombria advertência aos países emergentes que se recusam a fazer mais concessões comerciais aos EUA: “deveriam saber que estão brincando com fogo”. Se persistir a dramática progressão do desemprego nos Estados Unidos, afirma Rogoff, “estarão lançadas as bases para enormes desavenças comerciais”. O recado é claro e ameaçador: “Os mercados emergentes se tornaram grandes demais para que se permita que operem segundo suas próprias regras comerciais”.

O Brasil deve se conscientizar de que seu mercado interno, atual e potencial, tem um enorme valor no cenário internacional, e por todos os meios as grandes e decadentes potências mundiais a ele recorrerão para salvar suas próprias economias. Temos que fazer um grande esforço para desenvolver nosso mercado em favor da produção local, ao invés de facilitar a importação de excedentes externos em momentos de fragilidade de tais economias. O grande problema é que os países ricos subsidiam pesadamente formadores de opinião e grupos econômicos brasileiros. Na realidade, temos que lutar em duas frentes: vencer essas dificuldades internas ao mesmo tempo em que buscamos mais vias de acesso ao mercado internacional.

Painel do associado

CYG Biotech é a mais nova associada da ABIFINA

É uma empresa brasileira de capital 100% nacional, dedicada à produção de princípios ativos e medicamentos farmacêuticos. Criada em 2010 por sócios com uma vasta experiência no mercado químico farmacêutico, a empresa além de medicamentos, síntese de produtos, laboratórios, planta piloto, presta serviços a outras indústrias do ramo oferecendo soluções farmacêuticas. A CYG Biotech possui escritórios em São Paulo, capital e sua fábrica está localizada em Indaiatuba, interior do Estado.

Blanver, Nortec e Funed formam parceria

Um acordo para transferência de tecnologia firmado entre os laboratórios Blanver, Nortec e Fundação Ezequiel Dias (Funed) possibilitará a produção nacional do Tenofovir, medicamento importado e de alto custo para tratamento do HIV. Desde que a patente do produto expirou, em 2009, o desenvolvimento vem sendo realizado, com o princípio ativo disponibilizado pela Nortec – que terá de produzi-lo, sem dependência da importação de matéria-prima – e a formulação do comprimido feita pela Blanver e a Funed. Em novembro, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou o registro do medicamento e a expectativa é que o primeiro lote seja produzido ainda este ano.

Com a fabricação pública do Tenofovir pela Funed, o Brasil poderá ter uma economia de R\$ 110 milhões em quatro anos. A fundação deve produzir cerca de 13 milhões de comprimidos nos primeiros 12 meses, com expectativa de chegar, ao final do contrato, a 18 milhões de unidades por ano. Capacidade suficiente para atender à metade de toda a demanda do Ministério da Saúde. Além da Funed, o Laboratório Farmacêutico Oficial de Pernambuco (Lafepe), em parceria com o Cristália, está desenvolvendo o Tenofovir.

O medicamento corresponde a quase 10% dos gastos de tratamento do programa DST/Aids e é usado por mais de 30 mil pacientes em todo o País. Por isso, o Ministério da Saúde o

considera estratégico para a saúde pública. De acordo com o presidente da Funed, Carlos Alberto Pereira Gomes, os acordos firmados entre a instituição e outros laboratórios têm possibilitado a incorporação de novas metodologias e a ampliação do portfólio de produtos da fundação. A indústria Farmoquímica nacional, por sua vez, ganha em adensamento tecnológico.

Bio-Manguinhos: pioneirismo em diagnósticos rápidos

Desenvolvida por Bio-Manguinhos, da Fiocruz, a tecnologia do Imunoblot – teste para confirmação rápida do vírus HIV – será disponibilizada para 160 laboratórios públicos brasileiros no primeiro semestre de 2011. Enquanto o diagnóstico da doença sai em 30 dias nos exames comuns, com o Imunoblot ele fica pronto em 25 minutos. O produto deve ser usado nos centros de testagem rápida a partir da segunda metade do próximo ano.

Bio-Manguinhos também anunciou que o Brasil será pioneiro na produção de um teste que detecta a sífilis em 15 minutos, com eficácia de mais de 90%. Os exames disponíveis no mercado são mais dependentes da qualidade dos técnicos e laboratórios responsáveis, que devem atentar para os mínimos detalhes nos procedimentos para garantir um resultado confiável. O objetivo principal da inovação é diminuir os casos congênitos de sífilis, que ocorrem em aproximadamente 12 mil crianças todos os anos.

O exame, que será oferecido na forma de um kit prático que dispensa treinamentos complexos, estará disponível na rede pública em cinco anos. O Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, já assinou, em novembro, o contrato de transferência de tecnologia entre a empresa americana Chembio Diagnostic, criadora da plataforma DPP, usada no teste, e Bio-Manguinhos.

Medicamento da Cristália combaterá hipertensão pulmonar

A Cristália fechou parceria com a farmacêutica suíça Actelion para desenvolver e promover no Brasil um medicamento para o combate à hipertensão pulmonar, doença considerada rara e muitas vezes fatal. Mas o desenvolvimento já havia começado três anos antes, quando o laboratório brasileiro lançou no mercado o Helleva, contra a disfunção erétil, concorrente do Viagra (da americana Pfizer). Os dois remédios usam o mesmo princípio ativo, o carbonato de lodenasil.

O futuro produto da Cristália – que já está em fase de ensaios clínicos – tem seu equivalente de marca feito pela própria Actelion, o Tracleer, que terá sua patente expirada nos próximos meses. Estima-se que no Brasil existam hoje entre 2 mil e 3 mil pacientes com diagnóstico de hipertensão pulmonar.

Empresa debate políticas para a indústria da saúde

O presidente da Cristália, Ogari Pacheco, analisou as políticas públicas de compras, financiamento e subvenção à inovação como fatores de desenvolvimento. Ele foi um dos palestrantes do seminário “A saúde pública e os desafios para o fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde”. O evento foi realizado pela Fiocruz no final de novembro, no Rio de Janeiro, e contou com a participação do ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

Aché disputa mercado no México

O anti-hipertensivo Bicartial foi lançado no México, no final de outubro, por meio de uma parceria entre o Aché e a farmacêutica local Silanes. A negociação prevê que o Aché envie ao país aproximadamente 3,5 milhões de cápsulas, que deverão atender mais de 10 mil pacientes nos próximos dois anos. O Bicartial, que no Brasil é comercializado com a marca Lotar, é o primeiro medicamento do laboratório brasileiro a ser vendido no México. No Brasil, ele fatura mais de R\$ 42 milhões por ano e é líder em vendas e prescrição médica entre os anti-hipertensivos.

O acordo com a Silanes representa a entrada do Aché em um mercado em crescimento, em que só o tratamento para hipertensão arterial movimenta mais de US\$ 400 milhões, com 17 milhões de unidades comercializadas. O contrato contempla o lançamento de produtos das empresas nos dois países. Em outubro de 2009, o Aché trouxe ao Brasil o medicamento Meritor, primeira associação antidiabética em um único comprimido. Lançado há um ano, o medicamento disputa a liderança na categoria.

Com exportação para onze países na América do Norte, América Latina e África, os contratos do Aché deverão, em 2010, ultrapassar os US\$ 4,1 milhões em negócios, um aumento de mais de 30% em relação ao desempenho de 2009.

Laboratório também busca ampliar espaço no Brasil

No início de novembro, o Aché concluiu a compra de 50% da Melcon, farmacêutica instalada em Anápolis, Goiás. A empresa do Centro-Oeste do País hoje terceiriza a fabricação de parte de seus medicamentos. Com produção mensal em torno de 3,5 milhões de unidades, ou aproximadamente 50 milhões de comprimidos, a companhia é uma das poucas no Brasil com condições de produzir medicamentos hormonais.

Com a aquisição, o Aché entra no disputado mercado de hormônios, que cresce no Brasil e exterior. O laboratório começa com especial interesse no segmento de hormônios femininos, mas tem planos de desenvolver produtos voltados para a área de oncologia. O laboratório pretende, ainda, comprar a Mantecorp.

EMS aposta alto em genéricos

A EMS pretende completar o ano de 2010 como líder em genéricos no País. Hoje, a posição é ocupada pela Medley, apesar de a EMS ser a primeira no ranking geral do setor. Para atingir a meta, a empresa conta com o trunfo de drogas recém-lançadas e outras que ainda entrarão no

mercado. É o caso de cinco medicamentos que estão em processo de aprovação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A disputa pela primeira posição será acirrada. A distância entre a EMS e a Medley – que intensifica sua política de descontos – no segmento é de US\$ 200 milhões no acumulado de janeiro a setembro. Para enfrentar a concorrência, a EMS conta com duzentos especialistas, o maior centro de desenvolvimento de medicamentos do País e começa a desenhar a cópia de uma droga quatro anos antes do fim de sua patente. Os executivos da farmacêutica acompanham, hoje, cerca de duzentos processos judiciais que discutem o período de validade de patentes.

Os resultados da estratégia da EMS já vêm aparecendo. Desde janeiro, a empresa cresceu 37% em genéricos, acima da previsão de 30%. Ela foi a primeira a lançar as cópias das duas principais drogas com patentes vencidas em 2010: o Viagra, para disfunção erétil, e o Lipitor, para controle do colesterol. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos (Pró Genéricos), esses medicamentos devem movimentar quase US\$ 300 milhões em um ano, somente em genéricos.

Enxergando ainda mais longe

Além do avanço na área de genéricos, a EMS pretende expandir em 30% sua produção total em 2011, chegando à marca de 480 milhões de unidades e aumento de 10% em seu quadro de profissionais. O recebimento de novos equipamentos na planta de Hortolândia, no interior paulista, dará força para a empresa cumprir o objetivo. A companhia pretende terminar 2010 com faturamento superior a R\$ 3 bilhões, após ter faturado R\$ 2,5 bilhões no ano passado.

Em novembro deste ano, a EMS já tinha conseguido elevar a produção de 32 milhões para 40 milhões de unidades por mês, usando 95% de sua capacidade instalada, com três turnos de trabalho. Waldir Eschberger Júnior, vice-presidente de Mercado da EMS, atribui o crescimento ao setor de pesquisa e desenvolvimento, que recebe investimentos da ordem de 6% da receita da empresa.

Hebron comemora duas décadas de sucesso

Criar medicamentos a partir dos recursos naturais do Brasil. Com essa proposta nasceu a Hebron Farmacêutica, que completou vinte anos em 2010. A empresa tem uma longa trajetória que alia a riqueza da biodiversidade do País a seu potencial científico e tecnológico. A Hebron fez história ao criar o primeiro fitoterápico nacional, o Giamebil. “Começamos pequenos, mas agindo como grandes, e hoje estamos atuando na maior parte do Brasil, em países da América Latina e com filial no Peru e nos EUA”, destaca a diretora de Marketing, Wedja Pires.

O laboratório promete avançar ainda mais no mercado. “Lançaremos produtos na linha OTC, na linha Pharma e também na Linha Fisioterapia, trazendo inovações. Para os próximos anos, a tendência é investirmos mais em lançamentos e ações de marketing, além de parcerias estratégicas e filiais em outros países”, adianta Wedja.

Aniversário com novos desafios

Uma filial na Flórida e um centro de distribuição em Ohio, nos Estados Unidos, podem ser considerados os presentes de aniversário da Hebron. As novas instalações contribuirão para o laboratório ganhar o mercado norte-americano, que movimenta anualmente US\$ 27 bilhões com a venda de medicamentos sem prescrição. O Hebron comercializará, inicialmente, remédios fitoterápicos e biológicos, considerados suplementos alimentares nos EUA, tendo sua autorização de venda concedida com mais agilidade. A meta do Hebron é vender US\$ 15 milhões no país, onde tem planos, ainda, de construir uma fábrica.

Nova empresa da Eurofarma

O Brasil agora conta com uma recém-inaugurada indústria de produção de vacina contra febre aftosa, a Inova Biotecnologia – resultado

de uma associação entre a Eurofarma e a Her-tape Calier Saúde Animal, empresa reconhecida no segmento de vacinas veterinárias. Com investimento de R\$ 120 milhões e capacidade de produção entre 100 e 120 milhões de doses por ano, a Inova tem a meta de se tornar referência mundial em seu segmento. Localizada no município de Juatuba, Minas Gerais, a Inova produz a vacina Aftomune, que já obteve aprovação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para ser comercializada em todo o País.

Ourofino é eleita destaque do agronegócio

O Grupo Ourofino conquistou seis troféus na Premiação Touro de Ouro 2010. A homenagem é concedida pela revista AG, a partir de votação dos leitores, às melhores marcas usadas em rebanhos. O Grupo foi campeão nas categorias Carrapaticidas, Mosquitocidas, Vermífugos, Antimastóticos, Antibióticos e Fortificantes.

A Ourofino também se destacou no concurso “As empresas mais admiradas do Brasil”, realizado pela revista Carta Capital, levando o primeiro lugar na categoria de produtos veterinários.

Fatores como reputação, responsabilidade social, compromisso com o País, além de investimentos em tecnologia, inovação e recursos humanos, contribuíram para a Ourofino ser reconhecida como uma das melhores empresas do Brasil.

Inovação premiada na Biolab

A Biolab foi o único laboratório farmacêutico a figurar entre os homenageados pelo Prêmio Inovação 2010, uma iniciativa da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). A empresa ficou em terceiro lugar na região Sudeste, reconhecida por sua atuação na categoria especial Gestão da Inovação. Participaram da seleção mais de 145 organizações dos mais diferentes segmentos. O diretor de PD&I da Biolab, Marcio Falci, ressalta que a empresa tem capital 100% nacional e é uma das que mais investem em PD&I no Brasil: cerca de 7% do faturamento.

Atualmente, estão em desenvolvimento mais de trezentas pesquisas.

Itatex leva Prêmio Top Rubber

A Itatex Especialidades Minerais ficou entre os vencedores do Prêmio Top Rubber 2010, promovido em novembro pela revista Borracha Atual, em São Paulo, para divulgar e incentivar o trabalho realizado pelas empresas do setor de borracha. A Itatex foi a mais votada na categoria Inovação de Produto. Na edição de 2009, a companhia também foi destaque, ganhando a primeira colocação na categoria Cargas em Geral.

Petrobras pretende ampliar produção de catalisadores da FCC S/A

A Petrobras informou que sua subsidiária no setor petroquímico, a Petroquisa, assinou um memorando de entendimentos com a Albemarle para ampliar a Fábrica Carioca de Catalisadores (FCC S/A), cujo controle é compartilhado pelas duas empresas.

A FCC S/A produz atualmente catalisadores de craqueamento catalítico fluido (FCC) e atende a todas as refinarias da Petrobras e parte do mercado sul-americano. A expansão prevê a construção de uma unidade de produção de catalisadores para hidroprocessamento (HPC).

Segundo a Petrobras, o projeto visa suprir a demanda crescente desse produto, por conta da exigência de menor teor de enxofre na gasolina e no óleo diesel fornecidos ao mercado brasileiro. Além disso, a ampliação também atende ao aumento da capacidade de refino, tendo em vista a construção de novas refinarias pela Petrobras. Pelos termos do memorando, o investimento deverá ser realizado diretamente pela FCC S/A. A Petrobras estabelecerá uma cooperação tecnológica com a Albemarle para desenvolver novos catalisadores de hidroprocessamento. O memorando também contempla a possibilidade de um contrato de longo prazo para fornecimento de catalisadores da FCC S/A para a Petrobras.

Desenvolvimento e Indústria

por Marcos Oliveira • Vice-Presidente de Planejamento da Abifina



O desenvolvimento é um processo holístico e global, que afeta todos os aspectos da sociedade – políticos, econômicos e sociais – e cuja característica mais marcante, como lembrou o professor Ha-Joon Chang em trabalho recente, é a da ruptura dos padrões de produção para alcançar ganhos de produtividade.

A idéia de que o desenvolvimento seria resultante do processo de transformação estrutural da produção norteou todas as estratégias de desenvolvimento dos países hoje considerados desenvolvidos. Em termos simplistas, quanto maior a contribuição das indústrias de transformação na formação do produto de um país, tanto mais elevado seu grau de desenvolvimento. A justificativa econômica para a essencialidade da transformação industrial no processo de desenvolvimento deriva do conceito de produtividade, isto é,

produzir mais com os mesmos meios. Há inúmeros trabalhos demonstrando que o setor da economia que apresenta as maiores oportunidades para ganhos de produtividade é o setor da transformação industrial, em seu sentido mais amplo. Foi com base neste conceito de prevalência da industrialização que foram montadas as estratégias de desenvolvimento mais recentes e de que são exemplos marcantes a recuperação dos países afetados pela guerra na Europa e do Japão e o aparecimento de novos atores como Coréia do Sul, Taiwan, Hong-Kong e Cingapura. Recentemente o processo se espalhou, com diferentes graus de sucesso, para outros países da franja asiática e ocupa parte essencial do recente e espetacular desenvolvimento chinês.

A idéia de que o desenvolvimento está baseado em ganhos de produtividade se aplica ainda no interior de cada uma das três grandes esferas de produção: primária, de transformação e de serviços. Em cada uma delas podemos obter ganhos de produtividade, basicamente através da aplicação de novos métodos de produção resultantes da geração e difusão de novos conhecimentos e técnicas. O que reforça a centralidade do setor de transformação no processo de desenvolvimento é que a maior parte dos ganhos de produtividade que podem ser auferidos no setor primário e no de serviços resulta de inovações geradas no setor de transformação industrial, uma constatação incorporada aos conhecimentos da economia desde os anos 60. É esta importância do setor manufatureiro para a produtividade que tornam inquietantes os sinais cada vez mais nítidos de um processo de desindustrialização precoce no Brasil.

Um corolário importante da centralidade da transformação estrutural na produtividade, e conseqüentemente no desenvolvimento, é o papel da inovação tecnológica, de sua geração, proteção e difusão. É somente através da inovação tecnológica que se dá a transformação geradora de mais produtividade e qualquer política de desenvolvimento terá que levar em conta a possibilidade de acesso a novas tecnologias ou o desenvolvimento autóctone das mesmas. Como argumenta André Nassif em trabalho de 2008, “os setores com tecnologia diferenciada e baseada em ciência têm atuado, particularmente, como os principais responsáveis pela maximização dos ganhos de produtividade nas economias e pela sustentação do crescimento no longo prazo.” Não é por outra razão que a proteção à propriedade intelectual se encontra em lugar central na agenda negociadora internacional, desde os anos 80. Os países desenvolvidos, na busca da manutenção de sua posição econômica hegemônica, têm procurado aumentar a abrangência e a duração da proteção aos conhecimentos novos, estratégia da qual o acordo de Trips é o exemplo mais conspícuo, mas que tem continuidade com a tentativa de colocar em acordos bilaterais de comércio condições cada vez mais severas de proteção à PI. É preciso ter sempre presente que nenhum plano nacional de desenvolvimento terá sucesso sem que a questão da propriedade intelectual - acesso, proteção e geração - seja firmemente incorporada ao mesmo.

A idéia do desenvolvimento calcado na industrialização é muito recente no Brasil e só ganhou uma fundamentação teórica adequada e algumas medidas efetivas a partir do final da década de

40 e princípios da década de 50. Durante as duas décadas seguintes, o Brasil seguiu uma política de desenvolvimento fortemente voltada à industrialização, baseada, em princípio, na substituição de importações e na aquisição de tecnologia externa, usando como moeda de troca a dimensão de seu mercado interno. A criação de Grupos Executivos por setores industriais, com bastante autonomia operacional no âmbito de um planejamento geral, deu um forte impulso inicial ao processo de industrialização, com ênfase em setores básicos da economia. Seguiram-se duas décadas de continuidade no processo, à coberto de planos quinquenais que buscaram o aprofundamento das cadeias produtivas e, ao mesmo tempo, uma descentralização espacial das áreas de produção. Ao final dos anos 70 a participação da produção da indústria de transformação no valor adicionado total da economia brasileira alcançava a marca de 22%, quando a crise dos juros nos Estados Unidos provocou uma alta expressiva no endividamento externo brasileiro. As tentativas de

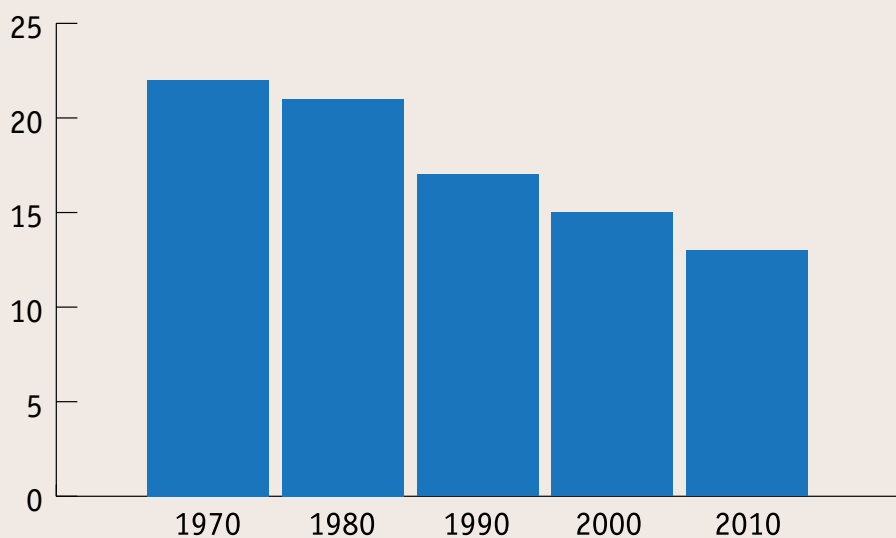
ajustar a economia com vistas ao pagamento da dívida interromperam o ciclo de crescimento industrial. A partir do final dos anos 80, o Brasil adotou uma política econômica de cunho neoliberal, absolutamente equivocada para seus interesses de desenvolvimento, privilegiando os interesses dos setores de intermediação financeira e abandonando por inteiro os mecanismos de apoio e proteção governamental a setores nascentes na esfera industrial. Um atabalhado processo de privatização, inclusive de non-tradables, completa o cenário dos anos 90. Note-se que algumas das empresas privatizadas em áreas como energia e telecomunicações eram, em conjunto com algumas universidades, responsáveis por uma elevada fatia dos gastos com pesquisa tecnológica. Isto foi perdido. Como resultado, a participação da indústria de transformação no valor adicionado passou a decrescer continuamente como pode ser observado na tabela a seguir, construída a partir de dados contidos num trabalho recente dos professores Marconi e Barbi, da FGV-SP.⁽¹⁾

Os sintomas da desindustrialização no setor químico já vinham sendo apontados desde meados da década de 90, mas a interrupção do crescimento global entre 95 e 2002 tornou menos agudo o problema, mascarando seus efeitos.

A necessidade de servir à dívida e a busca pela estabilidade monetária deram lugar a manutenção dos preços básicos da economia – juros e câmbio – em níveis inteiramente desfavoráveis ao investimento industrial produtivo, salvo em setores primários em que o Brasil conta com vantagens comparativas importantes.

Com a perda das proteções tarifárias, a indústria local passou a enfrentar uma concorrência externa acirrada e desleal, na medida em que os produtos importados têm carga de impostos muito menor que os produzidos localmente e, além disso, gozam de importantes incentivos à exportação em seus países de origem. Diante do quadro acima esboçado, a indústria local não teve alternativa de sobrevivência senão adotar uma estratégia de hedge produtivo para preservar seus mercados, isto é, passou a importar, cada vez mais, matérias-primas e componentes, fazendo localmente apenas as etapas finais necessárias à comercialização. Este processo atingiu inicialmente os setores de maior intensidade tecnológica, como o da química,

PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO VALOR ADICIONADO (%):

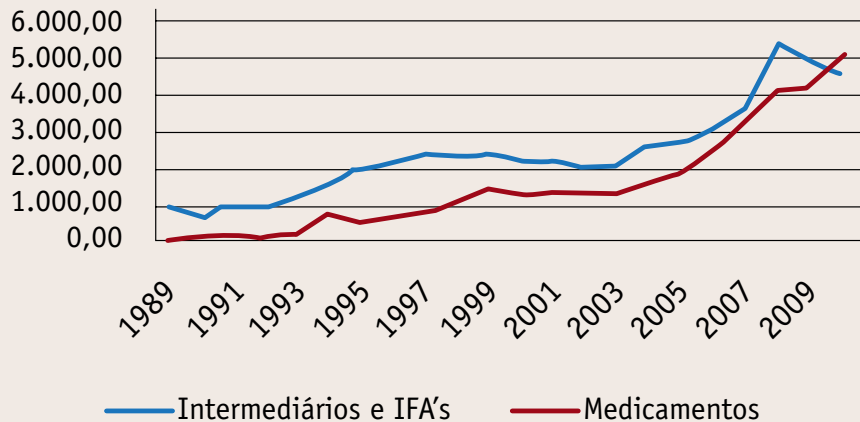


especialmente os subsetores da química fina, a microeletrônica, eletrônica e equipamentos de automação e comunicação, para citar apenas os de maior visibilidade, mas hoje contamina todos os setores industriais de alta e média alta intensidade tecnológica. O resultado é que cadeias inteiras de verticalização foram interrompidas e a produção industrial brasileira ainda existente é viabilizada apenas a partir de uma elevadíssima proporção na importação de insumos. Os setores industriais tecnologicamente mais dinâmicos estão se transformando em meros montadores de componentes importados. O caso da indústria de química fina é exemplar, como ilustra o gráfico a seguir:

Os setores industriais tecnologicamente mais dinâmicos estão se transformando em meros montadores de componentes importados.

Engloba também princípios ativos para a indústria farmacêutica, veterinária e para a produção de defensivos agrícolas. A linha vermelha representa o montante de importação de medicamentos acabados das posições 3002, 3003 e

IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE QUÍMICA FINA (EM MILHÕES DE US\$):



A linha azul mostra a evolução das importações de intermediários químicos e princípios ativos das posições 2920 até 2949 da classificação harmonizada e envolve matérias primas para os mais diversos setores da indústria química.

3004 da classificação harmonizada.

Os sintomas da desindustrialização no setor químico já vinham sendo apontados desde meados da década de 90, mas a interrupção do crescimento global entre 95 e 2002 tornou menos agudo o problema,

mascarando seus efeitos. Com a retomada do crescimento, embalado pelo aumento maciço da exportação de produtos básicos e o fortalecimento do mercado interno de bens de consumo, na esteira dos programas de redistribuição de renda adotados pelo Governo, o crescimento das importações tornou evidente a dimensão do problema da desindustrialização num grande número de cadeias industriais.

O governo Lula teve o grande mérito de reabrir a discussão sobre a questão do desenvolvimento e a essencialidade da participação das forças do Estado no processo, algo impensável nos governos Collor e FHC, mas os resultados práticos alcançados pelos dois planos de desenvolvimento lançados ficaram muito aquém do desejável, resultado, entre outros, de dois fatores fundamentais. O primeiro deles é que a condução da macroeconomia continuou com um viés pesadamente monetarista, visando fundamentalmente o controle da inflação. Com isto a taxa de juros permaneceu absurdamente elevada e o Real excessivamente valorizado, inviabilizando economicamente o investimento produtivo e favorecendo as importações. O segundo foi uma acentuada dispersão de esforços, com falta de coordenação efetiva entre os vários setores governamentais envolvidos no processo, especialmente no fazer acontecer.

Espera-se que o novo governo mantenha o interesse na promoção do desenvolvimento nacional, adote as medidas necessárias para reverter a situação atual de juros e câmbio e consiga organizar uma cadeia de comando que alcance a sinergia necessária entre os vários setores do governo e da iniciativa privada, algo que foi de fundamental importância para o sucesso dos planos de desenvolvimento das décadas de 60 e 70.

⁽¹⁾ Marconi.N e Barbi F. – “Taxa de Câmbio e Composição Setorial da Produção: Sintomas da Desindustrialização da Economia Brasileira.”. Texto para Discussão 255. FGV-SP. Setembro de 2010

Comitê Farmo discute BPF de insumos ativos

Em agosto deste ano, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) lançou a Consulta Pública nº. 84, sobre atualização da RDC n.º 249/05, referente às normas de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos. A norma traz os requisitos necessários para a produção de insumo de qualidade, minimizando os riscos sanitários inerentes aos produtos e garantindo maior segurança e eficácia dos medicamentos.

Para discutir e avaliar a consulta pública, o Comitê Farmo da ABIFINA realizou uma série de reuniões técnicas, durante o mês de setembro. Durante os encontros, foi analisado o impacto das mudanças para a indústria farmoquímica brasileira.



Cerimônia de posse do novo presidente da CNI

Odilon Costa, diretor do Cristália e da ABIFINA, esteve presente na solenidade de posse do novo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, realizada no dia 17 de novembro, no Centro de Convenções do Complexo Empresarial Brasil 21, em Brasília. O novo presidente da CNI apontou a reforma tributária como a principal prioridade, com o objetivo de desonerar completamente os investimentos e as exportações e simplificar e reduzir a burocracia do sistema tributário.

Na cerimônia, estiveram presentes o presidente Lula, o presidente da Câmara e vice-presidente eleito, deputado Michel Temer (PMDB-SP) e o governador reeleito de Minas Gerais, Antonio Anastasia.

Registro de produtos biológicos

A Anvisa realizou, no dia 9 de novembro, uma reunião técnica com entidades representantes do setor produtivo (já havia sido realizada uma primeira dia 8 com outras representações) para discutir a minuta final da Consulta Pública nº 49/2010, que trata do registro de produtos biológicos. Na ocasião, a ABIFINA foi representada por especialistas técnicos de suas afiliadas e pelo seu vice-presidente de Planejamento, Marcos Oliveira. Parte das sugestões apresentadas pela ABIFINA e pela Alanac foram acatadas, passando a compor o documento final. Em relação às sugestões não incluídas, a agência se comprometeu a estudar, caso a caso, possíveis excepcionalidades, a pedido das empresas postulantes ao registro de produtos biológicos genéricos.

ABIFINA participa do IX ENITEC

Realizou-se, nos dias 20 e 21 de outubro de 2010, em São Paulo, a nona edição do Encontro Nacional da Inovação Tecnológica (Enitec), organizado pela Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica (Protec). Com o tema “Política Pública – Resultados e Proposições”, o evento promoveu uma avaliação dos principais instrumentos de apoio financeiro, e sugeriu adaptações para a sua maior eficácia. Lélío Maçaira e Marcos Oliveira, ambos vice-presidentes da ABIFINA, representaram a entidade durante o encontro.



ABIFINA presente no Fórum Internacional de Medicamentos Fitoterápicos

Analisar a evolução, tendências e perspectivas do mercado brasileiro e mundial de fitoterapia foi um dos objetivos do VIII Fórum Internacional de Medicamentos Fitoterápicos, promovido nos dias 9 e 10 de agosto pelo Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo (Sindusfarma). O evento contou com a presença de especialistas dos Estados Unidos, Alemanha, Bélgica, Peru e Brasil, para discutir temas como as diferenças da legislação brasileira de fitoterápicos, em comparação com as da Europa, EUA e América Latina; e o incentivo dos governos para o desenvolvimento desses medicamentos. A ABIFINA foi representada pela diretora de Estudos da Biodiversidade, Poliana Silva.

Insumos agropecuários em debate

Entre os meses de agosto e setembro, a Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA) promoveu duas reuniões em Brasília para debater a conjuntura e tendências de mercado para o setor. A ABIFINA foi representada por sua gerente técnica, Diva Arrepiá.

No dia 16 de agosto, a 48ª Reunião da Câmara discutiu proposta de regulamentação de medicamentos veterinários genéricos, além de abordar o mercado de defensivos agrícolas e de biotecnologia. Já durante a 49ª edição do encontro, realizada no dia 27 de setembro, o grande destaque foi o levantamento do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag), que apontou que as vendas de insumos em julho superaram em apenas 1% o valor registrado no mês anterior, atingindo a marca de US\$ 539 milhões.

Depósito com micro-organismos para a concessão de patentes

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) realizou, no dia 4 de outubro, um encontro da série “PI em Questão”, com o tema “Depósito de micro-organismos para a concessão de patentes”. O encontro discutiu diferentes aspectos a respeito do assunto, tendo em vista a iniciativa do Brasil de implantar o Centro Brasileiro de Material Biológico (CBMB). Ana Claudia Oliveira, assessora da Área de Propriedade Intelectual e Fitoterápicos da ABIFINA, esteve no evento representando a entidade.

O evento contou com a participação dos especialistas internacionais Ewald Glantschnig (responsável pelo Tratado de Budapeste na OMPI) e Vera Weihs (DSMZ - centro depositário da Alemanha), e do examinador de patentes do INPI Daniel Golodne.

INPI discute tecnologias para agricultura

Os novos desafios da agricultura na área de novas tecnologias e propriedade intelectual. Este foi o tema da edição do “PI em Questão”, promovido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) no dia 28 de outubro. Ana Claudia Oliveira, assessora da Área de Fitoterápicos e Propriedade Intelectual da ABIFINA, esteve presente representando a instituição.

Reuniões debatem regulação do setor de agrotóxicos

O diretor de Assuntos Regulatórios Agro da ABIFINA, João Alegro, e a gerente técnica, Diva Arrepiá, estiveram presentes na reunião promovida pela Coordenação do Comitê Técnico de Assessoramento de Agrotóxicos (CTA), no dia 4 de novembro, em Brasília. Durante o encontro, foi apresentado o manual de procedimentos, elaborado em conjunto pelos três órgãos responsáveis pelas avaliações dos pleitos de registro de defensivos agrícolas (Mapa, Ibama e Anvisa), para o registro de agrotóxicos para culturas com suporte fitossanitário insuficiente (minor crops).

Workshop de biodiversidade e inovação em fitomedicamentos

Ocorreu, nos dias 4 e 5 de novembro, no Complexo Tecnológico de Medicamentos (CTM/Farmanguinhos), o I Workshop de Biodiversidade e Inovação em Fitomedicamentos. O evento discutiu o acesso seguro e o uso racional das plantas medicinais e fitoterápicos, além de assegurar o desenvolvimento da cadeia produtiva associado ao desenvolvimento de fitoterápicos na indústria nacional. O foco principal do evento foi apresentar o Projeto de Desenvolvimento Econômico e o diagnóstico das ações da Rede Fito Mata Atlântica.

Estiveram presentes representantes do governo, das universidades, dos laboratórios oficiais, dos laboratórios públicos e das indústrias privadas. Ana Claudia Oliveira, Assessora de Fitoterápicos e Propriedade Intelectual da ABIFINA, participou da Mesa Redonda sobre Produção de Fitomedicamentos apresentando o tema “O papel da Indústria Farmacêutica na Inovação de Fitomedicamentos a partir da Biodiversidade Brasileira”.

Congresso da Fiesp discute competitividade

A ABIFINA foi representada pelo seu diretor Odilon Costa durante o Congresso da Indústria 2010, realizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), no dia 8 de novembro. O evento teve como tema “Nosso compromisso com o Brasil” e buscou reunir propostas para o aumento da competitividade da indústria nacional.

Seminário discute o fortalecimento da Camex

A ABIFINA participou do Seminário sobre o “Fortalecimento da Camex - Modificação do Processo Decisório do Comércio Exterior”, realizado no dia 18 de novembro, na sede da Fiesp. A entidade foi representada por Luisa Aguiar, da Oxiten. O evento contou com palestras de José Augusto Fernandes (Funcex), José Augusto de Castro (AEB), Roberto Gianetti da Fonseca (Fiesp), embaixador Rubens Barbosa e Ricardo Markwald (Funcex).

ABIFINA envia sugestões à consulta pública 59/2010

A ABIFINA encaminhou, no dia 20 de agosto, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) suas sugestões e comentários a respeito da Consulta Pública 59/2010. A consulta, aberta em junho, dispõe sobre a realização de estudos de estabilidade de insumos farmacêuticos ativos. O posicionamento da entidade foi desenvolvido a partir dos resultados das reuniões realizadas pelo grupo de trabalho do Comitê Farmo.

A ABIFINA recebeu ainda, nos dias 5 de novembro e 14 de dezembro, técnicos da Anvisa da Gerência Geral de Inspeções de Insumos Farmacêuticos (GGIMP) e representantes das empresas associadas para tratar da consulta. No dia 05, a Anvisa apresentou também as atividades que vêm sendo realizadas pela Coordenação de Inspeção de Insumos Farmacêuticos (Coins).

Missão empresarial busca parcerias nos EUA na área da saúde

Em uma das suas últimas ações à frente do Ministério da Saúde, José Gomes Temporão comandou, entre os dias 23 e 29 de setembro, em Washington, a Missão Oficial de Cooperação Bilateral e Empresarial Brasil – Estados Unidos na Área de Saúde. A iniciativa contou com a participação de Josimar Henrique da Silva, diretor de Assuntos Parlamentares da ABIFINA, e Telma Salles, diretora de Relações Institucionais.

As missões empresariais brasileiras, que já tiveram passagem por Índia, China e Reino Unido, tiveram o objetivo de prospectar parcerias para incentivar a produção de medicamentos e insumos e o desenvolvimento de tecnologias.

A comitiva brasileira contou ainda com a participação de Paulo Gadelha, presidente da Fiocruz; Carlos Gadelha, vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da mesma instituição; Reinaldo Guimarães, secretário de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde; Dirceu Raposo, diretor-presidente da Anvisa; além de representantes de entidades ligadas ao Complexo Industrial da Saúde e de empresas como Aché, EMS e Hebron.



Prorrogados os prazos de validação para indústria farmoquímica

No dia 1º de dezembro foi publicada a RDC 53/2010, prorrogando os prazos para validações de processo, até dezembro de 2011, e sistema computadorizado, até dezembro de 2012, atendendo a demanda de associados da ABIFINA. A ABIFINA atuante nesse processo, esteve na Anvisa, em reunião com o presidente da agência, Dirceu Raposo, e o coordenador da agência, Antonio Kakida, no dia 10 de

novembro, para apresentar a proposta da entidade para a prorrogação dos prazos de validação de processos, metodologia analítica e de limpeza, estabelecidos pela RDC 65/2008. Representou a entidade nessa ocasião, o 1º vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil, acompanhado dos diretores do Cristália, Odilon Costa e Edson Lima, e da gerente técnica da Nortec, Juliana Cossa.

ABIFINA no caso Lípitor

O Tribunal Regional Federal da 2.^a Região derrubou, no dia 26 de outubro de 2010, em decisão unânime, a patente do Lípitor (atorvastatina), medicamento utilizado para controlar o colesterol. Com essa medida (ainda sujeita a recursos pela Pfizer), aumentará o número de fabricantes e cairá o preço da droga no Brasil. Desde o dia 16 de outubro, o laboratório nacional EMS (nosso associado) vende um medicamento genérico do produto com base em ordem judicial anterior. Horas após a divulgação da decisão da Justiça Federal, a Pfizer anunciou acordo com a produtora nacional de genéricos Eurofarma (também nossa associada) para lançar sua própria versão mais barata do Lípitor, prometida para setembro.

A multinacional alegou que negociava a parceria antes da decisão judicial. Em comunicado publicado pela imprensa, a Pfizer reconhece que a patente da droga expirou com a ordem judicial proferida pela Justiça Federal, mas destacou que espera tomar conhecimento

do despacho para possíveis recursos. O INPI foi um dos autores da ação para derrubar a patente indevida do remédio. O Instituto contestava a extensão da patente concedida pelo tribunal em 2004, alegando que os direitos da Pfizer sobre o medicamento venceram no ano passado, vinte anos após o seu primeiro depósito nos EUA. No julgamento, a ABIFINA, parte na ação, apontou, dentre outras informações, que a manutenção da patente levaria ao enriquecimento sem causa da Pfizer.

Este é mais um resultado de sucesso do trabalho que a ABIFINA vem desenvolvendo desde 2006, quando, através de ações de *amicus curiae*, passou a atuar no judiciário contribuindo para fortalecer decisões que atendam aos superiores interesses nacionais. Com essa atuação em apoio às decisões contrárias à livre concorrência legítima, a ABIFINA vem contribuindo para impedir indevidas e sucessivas prorrogações dos prazos de patentes, que têm por objetivo somente ampliar o tempo de monopólio das empresas detentoras.

Palestra sobre comércio exterior com Rosária Costa Baptista

No dia 5 de outubro, a ABIFINA promoveu um encontro entre seus associados e a ex-diretora do Departamento de Negociações Internacionais (Deint) da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/MDIC), Rosária Costa Baptista.

Rosária proferiu uma palestra sobre o exame dos acordos de comércio internacional dos quais o Brasil participa ou negocia, tendo por objetivo levantar possibilidades de exportação e destacar mecanismos de defesa comercial existentes nessa área. A especialista relatou as impressões sobre a atual situação do país e as perspectivas para o futuro na área de comércio exterior.



Áreas estratégicas na indústria da saúde em debate

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) promoveu, no dia 26 de outubro, o seminário "Áreas Estratégicas na Indústria da Saúde", que reuniu representantes do Governo Federal e empresas do setor em São Paulo. A ABIFINA foi representada no evento pela diretora de Relações Institucionais, Telma Salles.

O objetivo do seminário foi elaborar uma agenda de ações em pesquisa, desenvolvimento e inovação, com aplicações de nanotecnologia no setor de medicamentos, produtos médicos e odontológicos.

Homenagem à Armando Monteiro Neto

Odilon Costa, diretor da ABIFINA, participou no dia 26 de outubro de jantar em homenagem ao senador Armando Monteiro Neto, por ocasião do término de seu mandato na presidência da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da sua eleição ao Senado Federal.

Armando Monteiro recebeu mais de trezentos convidados, dentre eles familiares, amigos, empresários e autoridades. O novo presidente da CNI, Robson Andrade, fez discurso enfático, classificando a gestão de Armando Monteiro na CNI de lúcida e revolucionária. "Sob sua gestão a CNI encontrou sólida credibilidade", disse.

Na opinião de Odilon Costa foi uma festa que consolidou a liderança do presidente Armando Monteiro, com destaque para sua atuação como dirigente empresarial e como parlamentar na defesa dos interesses da indústria, que definiu como sendo do próprio interesse nacional.

Transferência de tecnologia para inovação

Realizou-se, entre os dias 25 e 27 de outubro, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), o seminário Transferência de Tecnologia para Inovação. O evento, uma iniciativa conjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), da Embrapa Agroindústria de Alimentos e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/RJ), teve por objetivo uma ampla discussão do processo de transferência de tecnologia e inovação, que poderá ser compartilhada por profissionais de todas

as áreas, gerando aprendizado recíproco.

Roberto Nicolisky, diretor geral da Sociedade Pró-Inovação Tecnológica (Protec), representou a ABIFINA na mesa redonda “A Visão do Setor Privado”, composta por Antonio Salazar P. Brandão, coordenador operacional do Grupo Executivo de Agroindústria da Firjan, Edson Fermann, gerente da Unidade de Acesso à Inovação e Tecnologia do Sebrae e Ana Carolina Machado Arroio, gerente de Desenvolvimento e Inovação da Firjan.

ABIFINA participa da Mobilização Empresarial pela inovação

O presidente da ABIFINA, Jean D. Peter, e o diretor de Assuntos Regulatórios do Setor Farmacêutico da instituição, Odilon Costa, participaram, no dia 22 de outubro, da reunião de Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), na sede da Fiesp.

Durante o encontro, foram instalados um comitê de líderes empresariais e um núcleo de inovação em São Paulo, que terão como missão estimular a gestão da inovação nas empresas para aumentar a competitividade dos produtos brasileiros. O comitê, formado por representantes da Siemens, Grupo Ultra, Embraer, Brasilata, Usiminas, Vitopel, Recepta Biopharma, Metalúrgica Fundex, MRS Indústria e Comércio, PPE Fios Esmaltados e Usina São Martinho, vai ajudar o núcleo na implantação das suas ações.

Programa setorial impulsiona setor Farmoquímico

Com o objetivo de ampliar as exportações da indústria farmoquímica/farmacêutica brasileira, a Associação Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (Apex-Brasil) criou, em 2009, a primeira edição do Projeto Setorial Integrado (PSI) de Farmoquímicos e Farmacêuticos, em parceria com entidades de classe, como a ABIFINA, Abiquifi, Alanac, Interfarma, Pró-Genéricos e Sindusfarma.

Para atualizar e revisar as atividades do II PSI, foram realizadas em São Paulo, duas reuniões técnicas com a presença das entidades de classe participantes do programa. A ABIFINA foi representada nas ocasiões por sua gerente técnica Diva Arrepia.

Iagro realiza eventos sobre agrotóxicos

A Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro) do Mato Grosso do Sul realizou, nos dias 25 a 27 de outubro, em Campo Grande, o 1º Encontro de Fiscais e Workshop Estadual de Agrotóxicos e Treinamento em Tecnologia de Aplicação.

O evento contou com palestras do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) – que abordou a situação atual e perspectivas do registro de defensivos agrícolas no Brasil; e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) – que falou sobre a questão de fiscalização e das entidades do setor. Foi realizado um curso sobre Tecnologia de Aplicação (aspectos teórico e prático). A gerente técnica da ABIFINA, Diva Arrepia, representou a entidade nesse evento.

Crop World: negócios e tecnologia de agroquímicos

Nos dias 23 e 24 de agosto, o Centro de Convenções Amcham em São Paulo recebeu a primeira edição do Crop World South America, evento líder mundial em negócios, ciência e tecnologia do mercado de produção agrícola (defensivos e fertilizantes). A Crop World reuniu empresas fornecedoras de produtos e soluções na área de agroquímicos, sementes, nutrientes, fitossanitários, entre outras aplicações e insumos essenciais para a produção agrícola. A ABIFINA foi representada no evento por sua gerente técnica, Diva Arrepia.

Inovação em fármacos no Brasil

Entre os dias 23 e 25 de agosto, foi realizada, em São Paulo mais uma edição do Encontro Nacional de Inovação em Fármacos e Medicamentos - 4º ENIFarMed. O evento teve como tema central “Inovação no Complexo Industrial da Saúde”. O ENIFarMed é realizado anualmente pela Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica (Protec), em articulação com o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento de Fármacos e Produtos Farmacêuticos (IPD-Farma) e com o apoio da ABIFINA e outras entidades do setor. Nelson Brasil, 1º vice-presidente da ABIFINA, foi o moderador do Painel “Fomento, Preços, Compras e Encomendas”, do qual participaram como debatedores os vice-presidentes da entidade Dante Alario Jr. e Ogari Pacheco. Lélío Maçaira, vice-presidente para cadeia química da ABIFINA, foi o moderador do Painel “Síntese de Farmoquímicos”.



Embrapa discute gestão do Multilab

A convite da Embrapa, a ABIFINA esteve presente na “Oficina sobre Gestão do Multilab Química de Produtos Naturais”, ocorrida entre os dias 9 e 12 de novembro, representada por Ricardo Dias, gerente Técnico Científico de sua associada. Pesquisadores de dezessete unidades descentralizadas da Embrapa, além de representantes de universidades e de institutos de pesquisa estiveram presentes ao evento. O Multilab é o primeiro laboratório multiusuário da Embrapa Agroindústria Tropical.

O laboratório contará com equipamentos de alta performance e atenderá todas as unidades da Empresa que trabalham com química de produtos naturais, além de instituições de pesquisa parceiras.

Durante o evento foi realizado um ciclo de palestras onde foram apresentados os trabalhos desenvolvidos com produtos

naturais na Natura, no Núcleo de Produtos Naturais da UFRJ e no Grupo Centroflora, que focaram as apresentações nos desafios tecnológicos e nas formas de parceria com o setor privado. O ciclo foi encerrado com exposição da FGV sobre gestão de pessoas.

O Multilab está em fase de construção, com previsão de conclusão em junho de 2011, e já teve boa parte dos equipamentos adquiridos. O laboratório contribuirá com a prospecção, produção e confirmação da autenticidade de matérias-primas para obtenção de aromas, fragrâncias, biodefensivos, alimentos funcionais, fitoterápicos e outros produtos com propriedades bioativas. O Multilab já recebeu investimentos de aproximadamente R\$ 6 milhões em infraestrutura física e em equipamentos de ponta para pesquisa fitoquímica.

Comitê Fito ressalta a importância da parceria entre setores públicos e privados

Ocorreu no dia 13 de dezembro, na sede da entidade, a reunião do Comitê de Fitoterápicos da ABIFINA. Estiveram presentes representantes da Centroflora, Hebron, Laboratório Simões, Instituto Vital Brasil (IVB), Núcleo de Gestão em Biodiversidade e Saúde (NGBS/Farmanguinhos) e Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS/Fiocruz). Glauco de Kruse Villas Bôas, coordenador do NGBS, apresentou os temas “Modelo de Gestão em Biodiversidade e Saúde” e “Parcerias Público-Privadas”, ressaltando a importância do trabalho em conjunto entre os setores públicos e privados. Vítor Augustus Marin (INCQS) apresentou os temas “Marcadores Genéticos para Fitoterápicos” e “Plantas Produtoras de Fármacos”. Segundo o pesquisador, os marcadores genéticos, uma alternativa rápida e menos custosa para as empresas, são capazes de identificar e comprovar o gênero e a espécie da planta, assim como identificar a composição exata do fitoterápico,

ou seja, se há outras espécies incluídas ou não. Maria Athana Mpalantinos apresentou o tema “Projetos em andamento do Instituto Vital Brasil”, em que ressaltou as parcerias entre o IVB, as



universidades, os laboratórios oficiais e as empresas privadas. A próxima reunião do Comitê Fito será realizada em janeiro de 2011. A proposta é discutir formas de aproximação com os diversos atores envolvidos na cadeia produtiva dos fitoterápicos, dentre eles, empresas privadas, laboratórios oficiais, institutos de pesquisa, agências reguladoras e órgãos de fomento.

Comitê Farmo debate apoio governamental ao desenvolvimento da indústria farmacêutica e farmoquímica

Em sequência à série de reuniões sugeridas pelo presidente do BNDES, Luciano Coutinho, o Comitê FARMO da ABIFINA reuniu-se, no dia nove de setembro, na sede da entidade, para debater questões relacionadas ao apoio governamental ao desenvolvimento da indústria farmacêutica e farmoquímica. Jean Peter, presidente da ABIFINA, fez uma apresentação sobre o tema “financiamento” que promova o desenvolvimento do complexo industrial da química fina. Jorge Costa, assessor da vice-presidência de Produção e Inovação em Saúde da Fiocruz apresentou inventário da indústria farmoquímica nacional, preparado pela Fundação em 2007 e que agora deverá ser atualizado como um novo projeto a ser conduzido pela Fiocruz. Zich Moysés Jr., chefe do Departamento de Inovação no Complexo Industrial da Saúde da SCTIE/MS, comentou sobre o apoio fiscal e a preferência nas compras ao produto nacional, na forma como esta matéria vem sendo tratada pelo governo federal. As apresentações foram discutidas pelos presentes. Participou da reunião, como convidado, o chefe do Defarma/BNDES, Pedro Palmeira.

Química

nossa vida,
nosso futuro.



2011: A Abifina no Ano Internacional da Química

Em 2011, Ano Internacional da Química, a Abifina completa 25 anos de atuação na representação dos interesses das indústrias que compõe o complexo industrial de química fina no Brasil, contribuindo para melhorar a discussão e o encaminhamento de temas como propriedade intelectual, instrumentos de proteção aos investimentos industriais, políticas de incentivo à produção nacional, inovação, entre outros. Todos temas relevantes para assegurar autonomia e excelência em um dos segmentos industriais estratégicos para a soberania nacional. Afinal, a química é determinante para solucionar questões que determinarão a qualidade do nosso futuro: segurança alimentar, saúde, energias renováveis, desenvolvimento sustentável e muito mais. Em 2011, vamos celebrar as contribuições da química para o bem estar da humanidade e também lembrar a importância de incluir a química na agenda estratégica do Brasil. Que os próximos 365 dias contribuam para alcançarmos este objetivo.

ABIFINA 25 anos
Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina,
Biotecnologia e suas Especialidades